

Caderno

TJ SC

(GRÁTIS!)



Pensar
Concursos®



250

Questões

Sumário

DIREITO ADMINISTRATIVO	3
DIREITO CIVIL.....	16
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	28
DIREITO PENAL.....	39
DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	52
DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	65
NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	76
PORTUGUÊS	89
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO.....	104
GABARITOS.....	108

DIREITO ADMINISTRATIVO

01 - A contratação de servidores pela Administração pública indireta

- a) depende de prévia realização de concurso público, em observância ao princípio da isonomia, admitindo-se que o controle externo em relação ao certame seja exclusivamente desempenhado por parte do Poder Judiciário.
- b) dá-se sempre por meio da realização de concurso público, independentemente da finalidade de provimento de cargo, emprego ou função públicos.
- c) é objeto de controle interno e externo, cabendo exame de discricionariedade exclusivamente ao Tribunal de Contas, restrito ao Judiciário exame de legalidade.
- d) pode se dar para provimento de cargo ou emprego públicos, precedida de concurso público de provas e títulos para que os selecionados façam jus à estabilidade.
- e) não afasta o controle externo desempenhado pelo Tribunal de Contas quanto à legalidade, restrito o juízo de revisão por ato próprio à esfera do Poder Executivo.

02 - A aquisição de insumos não medicinais é realizada com frequência pelas unidades hospitalares de determinado estado da federação. Como medida de economicidade, para otimizar recursos e proceder o melhor controle do estoque, a Administração pública pode

- a) realizar um só pregão, para aquisição conjunta e antecipada de todos os bens que entender necessários às unidades hospitalares no período de um ano.
- b) realizar diversos pregões, individuais e fracionados, para aquisição dos bens e serviços que se mostrarem necessários no decorrer de um exercício orçamentário, o que garantirá sempre o menor preço de mercado.
- c) promover licitação para a contratação por meio de sistema de registro de preços, obrigatoriamente por meio da realização de uma única concorrência, por força de expressa previsão legal.
- d) realizar licitação para registro de preços, firmando a competente ata, de forma que as unidades que àquela aderirem, poderão contratar as aquisições na frequência necessária ao emprego dos bens, assim como de acordo com sua disponibilidade de recursos.
- e) contratar sistema de registro de preços, modalidade específica de licitação aplicável para os casos de alienação ou aquisição de bens e serviços frequentes pela Administração pública, que permite o desembolso de recursos na medida da necessidade de aquisição.

03 - Durante a manutenção de uma estação de tratamento de esgoto gerida pela Administração pública, o funcionário danificou uma das válvulas que acionavam a filtragem, ocasionando a contaminação da água em nível superior ao admitido. A Administração pública responsável pela gestão da referida estação

a) é responsável objetivamente pelos danos causados pelo funcionário, independentemente de se tratar de servidor público ou terceirizado, o que, contudo, pode impactar na definição de quem será o demandado em regresso.

b) implica responsabilidade objetiva pura, o que transfere à Administração pública o ônus de provar a culpa do funcionário responsável pela manutenção, caso pretenda exigir que seja ele o demandado para reparação dos danos.

c) responde objetivamente pelos danos causados caso reste demonstrado que o autor da conduta danosa era servidor público, independente do vínculo funcional específico, excluídos, portanto, terceirizados.

d) pode descaracterizar a possibilidade de responsabilidade se comprovar se tratar de caso fortuito, ou seja, que a atuação durante a manutenção foi involuntária.

e) incorre em hipótese de responsabilidade subjetiva da Administração pública, tendo em vista que se configura conduta omissiva do servidor público, desde que efetivo, pois este não empregou o zelo esperado no desempenho de sua função.

04 - Um ato que produza efeitos jurídicos de natureza concreta e se consubstancie em exteriorização de vontade da Administração pública quando esta estiver agindo valendo-se de suas prerrogativas e restrições, enquadra-se na conceituação de ato

a) da Administração, este que produz efeitos sob regime jurídico administrativo ou está sujeito ao direito comum, a depender de seu objeto.

b) administrativo, cujo procedimento para sua edição é sempre implementado de forma complexa.

c) material, cujos efeitos se exaurem com a execução da vontade.

d) administrativo, o que não afasta a necessidade de observância de outros requisitos como condição de validade do mesmo.

e) da Administração, cuja edição por agente incompetente constitui vício insanável de legalidade.

05 - A celebração de convênios entre União, Estados e Municípios,

a) depende de lei autorizativa de cada um dos entes envolvidos, independentemente do objeto do ajuste, como expressão do controle legislativo exercido sobre os atos do Executivo.

b) deve apresentar interesses convergentes como objeto principal, ainda que individualmente cada ente capture benefícios ou vantagens específicas com a execução do ajuste.

c) deve ser substituída por instrumento de natureza contratual quando for apurado haver desigualdade de retorno para cada um dos entes envolvidos, sem prejuízo do caráter não oneroso da avença.

d) pode ser substituído por ato unilateral de um dos entes, com adesão dos demais às condições e termos impostos, sempre que o objeto do ajuste não seja de interesse do outorgante.

e) se presta à gestão associada de serviços públicos em sentido estrito, não mais admitindo, como objeto, a realização de outras atividades, ainda que de interesse público, estas que devem ser implementadas por meio de convênios de cooperação.

06 - No que concerne aos princípios constitucionais, explícitos e implícitos na Constituição Federal de 1988, aplicáveis à Administração pública, tem-se

a) a prevalência do princípio da moralidade sobre todos os demais princípios, podendo ser invocado para afastar, em situações de restrição de direitos individuais, os princípios da razoabilidade e da legalidade estrita.

b) que o princípio da legalidade impede a edição de atos normativos pelo Poder Executivo, salvo no estrito âmbito do poder regulamentar, apenas nos limites para fiel execução de lei.

c) que o princípio da eficiência aplica-se, de forma autônoma, exclusivamente às entidades sujeitas ao regime jurídico de direito privado, aplicando-se às entidades de direito público apenas em caráter subsidiário.

d) como decorrência do princípio da razoabilidade, a possibilidade de afastamento do princípio da legalidade quando presentes razões de interesse público, devidamente comprovadas.

e) que a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na prática de atos discricionários pela Administração demanda a adequação entre meios e fins de forma a evitar restrições desnecessárias a direitos individuais.

07 - Após ter sido aprovado em concurso público de provas e títulos para cargo efetivo regido pela Lei nº 10.261, de 1968, José foi nomeado, mas deixou de ser empossado, em razão de não gozar de boa saúde, tendo sido reprovado em inspeção realizada pelo Departamento Médico do Estado. A decisão da autoridade administrativa de não dar posse a José

a) é arbitrária, porquanto a aprovação em concurso público dentro do número de vagas confere direito subjetivo à titularização de cargo público.

b) encontra fundamento no ordenamento jurídico, porquanto José não preencheu requisito legal para ser empossado em cargo público.

c) é inválida por não respeitar o direito à readaptação, conferido a todo servidor público acometido de doença profissional.

d) poderá ser alterada por decisão de autoridade superior, pois a verificação das condições estabelecidas para investidura no cargo é sujeita a juízo de conveniência e oportunidade.

e) é válida, sendo a boa saúde, a boa conduta, a nacionalidade brasileira e a idade superior a 21 anos requisitos para posse em cargo público, nos termos da Lei.

08 - A edição de um ato administrativo de natureza vinculada acarreta ou pressupõe, para a Administração pública, o dever

a) de ter observado o preenchimento dos requisitos legais para a edição, tendo em vista que nos atos vinculados a legislação indica os elementos constitutivos do direito à prática do ato.

b) subjetivo de emissão do mesmo, este que, em razão da natureza, não admite anulação ou revogação.

c) de observar as opções legalmente disponíveis para decisão do administrador, que deverá fundamentá-la em razão de conveniência e interesse público.

d) do administrado destinatário do ato exercer o direito que lhe fora concedido, tendo em vista que os atos administrativos são vinculantes para os particulares, que não têm opção de não realizar o objeto ou finalidade do mesmo.

e) de submeter o ato ao controle externo do Tribunal de Contas competente e do Poder Judiciário, sob o prisma da legalidade, conveniência e oportunidade.

09 - No curso de um processo administrativo instaurado por requerimento de um administrado, foi constatado que um documento fundamental à correta análise do pleito não fora analisado quando do proferimento de decisão de indeferimento. O administrado, verificando o fato, apresentou pedido de reconsideração da decisão. Dentre as alternativas juridicamente possíveis, a autoridade competente

a) poderá revogar a decisão de indeferimento, lançando mão do poder de rever seus próprios atos.

b) poderá declarar a nulidade do processo administrativo, determinando ao administrado que apresente novo requerimento, em razão da decisão impugnada já ter sido proferida.

c) deverá analisar se a omissão da análise configura vício de legalidade, o que ensejará a anulação da decisão de indeferimento, retomando-se a análise a partir do documento cuja análise fora negligenciada.

d) deverá acolher o pedido de reconsideração se também tiver sido apresentado recurso administrativo, na medida em que os atos administrativos só podem ser revistos mediante provocação formal da parte.

e) deveria conceder novo prazo para o administrado apresentar suas razões, não sendo caso de revisão da decisão de indeferimento, que poderá ser aditada.

10 - Um agente público, em regular diligência de fiscalização a estabelecimentos de ensino, constatou potencial irregularidade no procedimento de matrícula de determinado nível de escolaridade e determinou a interdição do estabelecimento. Considerando os fatos descritos, uma das possíveis conclusões para a atuação do agente público é

a) atuação com excesso de poder disciplinar, pois este somente incide na esfera hierárquica do quadro de servidores de órgão da Administração direta ou pessoa jurídica integrante da Administração indireta.

b) a regularidade da conduta, considerando o princípio da supremacia do interesse público, cabendo ao responsável pelo estabelecimento regularizar o procedimento apontado e, após, pleitear a reabertura da unidade de ensino.

c) a viabilidade jurídica da conduta, considerando que será oportunizado contraditório e ampla defesa ao responsável pela escola, com possibilidade de reposição das aulas no caso de procedência de suas alegações.

d) ter agido com abuso de poder no exercício do poder de polícia inerente à sua atuação, não se mostrando razoável a medida adotada, que prejudicou o cronograma de aulas de todos os alunos da instituição.

e) que o poder regulamentar confere ao representante da Administração pública o poder de baixar atos normativos dotados de autoexecutoriedade, protegendo o direito à educação em detrimento do direito individual dos alunos.

11 - O regime jurídico de direito público sujeita a Administração pública à observância de normas, que abrangem regras e princípios. No que se refere à dinâmica de aplicação das referidas normas,

a) os princípios centrais previstos na Constituição Federal sobrepõem-se às regras, estas que têm hierarquia infraconstitucional.

b) as regras somente são válidas e eficazes se forem expressamente vinculadas a um princípio, sob pena de nulidade.

c) inexistente hierarquia material apriorística entre as regras e os princípios, não cabendo, contudo, ao administrador público decidir não cumprir uma lei por entendê-la em desacordo com os princípios.

d) os princípios incidem em escala de preferência, sendo o da legalidade dotado de preferência e prevalência sobre os demais princípios que regem a Administração pública.

e) a legislação vigente, ainda que infraconstitucional, se sobrepõe hierarquicamente em relação aos princípios previstos na Constituição Federal.

12 - No âmbito da Administração indireta, os servidores públicos funcionalmente vinculados às pessoas jurídicas que a integram

- a) submetem-se obrigatoriamente ao regime celetista e, como tal, não estão sujeitos à realização de concurso público para admissão, mas podem figurar como sujeito ativo de ato de improbidade.
- b) podem figurar como sujeito ativo de ato de improbidade desde que tenham vínculo duradouro, sem caráter comissionado.
- c) sujeitam-se obrigatoriamente ao regime celetista, que abrange a estabilidade após 3 anos de investidura, vedada a nomeação para emprego em comissão.
- d) podem figurar como sujeitos ativos de atos de improbidade, que admitem conduta culposa ou dolosa, independentemente da modalidade.
- e) são abrangidos pelo conceito de agente público para fins de tipificação de ato de improbidade, não sendo relevante, para essa finalidade, a natureza do vínculo funcional.

13 - A autoexecutoriedade é o atributo do ato administrativo

- a) instituído por meio de contrato administrativo, porque depende de consenso das partes.
- b) que possibilita a Administração pública apreender, penhorar e executar administrativamente bens do administrado devedor, independente de prévio consenso e da natureza da dívida.
- c) por meio do qual as decisões da Administração pública são impostas a terceiros, independentemente da concordância dos mesmos.
- d) que autoriza a Administração pública a executar suas próprias decisões, sem autorização do poder judiciário, observados os limites da legislação pertinente.
- e) que decorre do atributo da finalidade, possibilitando a antecipação dos efeitos da decisão final.

14 - O poder regulamentar e o poder de polícia exercidos pela Administração pública possuem em comum

- a) a possibilidade de instituição de direitos e obrigações por meio de atos administrativos de natureza originária.
- b) a delimitação da produção de efeitos ao âmbito interno da Administração pública.
- c) o antagonismo com o poder disciplinar, posto que somente este possibilita edição de atos normativos originários, pois os demais poderes são todos de natureza derivada.

d) a possibilidade de projetarem efeitos externos à Administração pública, atingindo interesses, direitos e obrigações dos administrados, respeitados os direitos e garantias individuais.

e) a identidade de fundamento com o poder hierárquico, que se destina aos administrados integrantes da esfera funcionalmente vinculada à Administração pública.

15 - As autarquias são pessoas jurídicas integrantes da Administração pública indireta, que podem ter receitas próprias e receber recursos orçamentários e financeiros do erário público. No caso de uma autarquia auferir receitas próprias em montante suficiente para suportar todas as despesas e investimentos do ente,

a) fica excepcionada a aplicação do regime jurídico de direito público durante o período em que perdurar a condição de pessoa jurídica não dependente.

b) poderá realizar contratações efetivas sem a necessidade de prévio concurso público, diante da não incidência da regra para os entes da Administração pública indireta que não sejam dependentes.

c) permanece sujeita aos princípios e regras que regem a Administração pública, tais como a impenhorabilidade de seus bens, exigência de autorização legislativa para alienação de bens imóveis e realização de concurso público para admissão de servidores, com exceção de comissionados.

d) permanecerá obrigada à regra geral de licitação para firmar contratos administrativos, com exceção das hipóteses de alienação de bens imóveis, porque geram receita como resultado.

e) ficará equiparada, em direitos e obrigações, às empresas estatais não dependentes, que podem adquirir bens e serviços sem prévia realização de licitação, mas têm patrimônio sujeito à penhorabilidade e prescritibilidade.

16 - A revogação do ato administrativo demanda, dentre outros requisitos,

a) edição de ato administrativo veiculando a decisão discricionária de revogação, presentes fundamentos de interesse público que decorram de substrato fático superveniente.

b) autorização da autoridade superior àquela que emanará a decisão, cuja motivação deverá ser discricionária, por razões de conveniência e de oportunidade.

c) verificação da presença de vícios de legalidade não sanáveis para subsidiar a natureza vinculada da decisão.

d) prévia oitiva dos particulares interessados direta ou indiretamente na decisão, cujos fundamentos poderão ser de oportunidade, conveniência ou legalidade.

e) demonstração de fatos supervenientes que permitam identificar vícios de legalidade já presentes no ato administrativo quando de sua edição original.

17 - A Lei nº 8.666/1993 estatui que as compras, sempre que possível, deverão

- a) atender ao princípio da padronização, que impõe compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, o que permite seja dispensada a licitação.
- b) submeter-se a condições de aquisição e pagamento distintas das praticadas no setor privado, por força das exigências do interesse público.
- c) balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.
- d) ser processadas através de tomada de preços.
- e) ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, sendo que as parcelas não podem ser inferiores a 25% do montante global do objeto contratual.

18 - A Cia. Terra e Mar é uma sociedade de economia mista. A legislação federal que rege esse tipo de entidade – Lei nº 13.303/2016 – tem especial preocupação com mecanismos de *compliance* e controle interno. Neste tocante, ela determina que

- a) o Conselho Fiscal contará com pelo menos um membro indicado pelo ente controlador, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.
- b) o estatuto social deverá prever, ainda, a possibilidade de que a área de *compliance* reporte-se diretamente ao Conselho Fiscal em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades.
- c) competirá ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências previstas no estatuto da sociedade de economia mista, opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente.
- d) compete ao Comitê de Auditoria Estatutário implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a sociedade de economia mista.
- e) o Conselho Fiscal deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

19 - Acerca do prazo de vigência, a Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos – estatui que os contratos administrativos

- a) não são prorrogáveis; apenas os contratos privados celebrados pela Administração permitem prorrogação.

- b) de natureza emergencial celebrados com dispensa de licitação têm vigência limitada a cento e oitenta dias, podendo ser prorrogados uma única vez.
- c) de prestação de serviços a serem executados de forma contínua podem ter duração indeterminada.
- d) de aluguel de equipamentos e de utilização de programas de informática podem vigorar por até setenta e dois meses, contados do início da vigência do contrato.
- e) relativos a projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual podem ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório.

20 - Considere a seguinte situação.

Em uma determinada metrópole, há duas linhas de trem metropolitano: uma é operada por uma empresa privada, mediante regime contratual de concessão, e o sistema de condução dos trens é totalmente automatizado, sem maquinistas ou operadores manuais; na outra linha, gerida por empresa estatal, os trens são conduzidos por maquinistas.

Em caso de ocorrência de acidentes envolvendo usuários em cada uma dessas linhas, é correto concluir que será aplicado o regime de responsabilidade

- a) subjetivo, em ambas as situações.
- b) objetivo, em ambas as situações.
- c) subjetivo na linha gerida pela concessionária e objetivo na linha gerida pela empresa estatal.
- d) objetivo na linha gerida pela concessionária e subjetivo na linha gerida pela empresa estatal.
- e) integral, em ambas as situações.

21 - Uma vez que tenha sido praticado, o ato administrativo de natureza discricionária pode ser revogado

- a) apenas pelo agente público que o praticou.
- b) por juiz, desde que provocado por meio de ação judicial adequada.
- c) por meio de exame em sede de recurso hierárquico, desde que não haja impedimento legal.
- d) ainda que já se tenham exauridos seus efeitos.
- e) apenas se houver recurso administrativo.

22 - Alípio Constâncio era Defensor Público e se aposentou do cargo público por ele desempenhado. Ainda disposto a trabalhar, pretende exercer outro cargo público. Tal pretensão se mostra juridicamente

- a) inviável, pois não pode haver cumulação do cargo de defensor público com qualquer outro.
- b) viável, desde que seja de outro cargo da área jurídica.

c) viável, desde que seja cargo de professor, cargo eletivo ou cargo comissionado declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

d) Inviável, pois o aposentado não pode ocupar qualquer outro cargo, uma vez que se tornou inativo.

e) viável, seja qual for o cargo pretendido.

23 - Determinado órgão da Administração Pública Estadual celebrou contrato de prestação de serviços de limpeza com determinada empresa, com prazo de vigência inicial de 15 meses. No quinto mês de execução do contrato, lei de iniciativa do Governador foi aprovada, determinando a absorção deste órgão por outro órgão estadual, de maior envergadura. Em decorrência dessa absorção, a repartição será desativada e os seus serviços serão transferidos para outro edifício, que já conta com o serviço de limpeza, por meio de outro contrato. Diante dessa situação, a Administração

a) não poderá rescindir o contrato, pois trata-se de ato jurídico perfeito.

b) deverá anular o contrato, pois houve vício de motivo na contratação.

c) deverá manter o contrato que foi assinado em primeiro lugar, em virtude do princípio da antiguidade.

d) poderá rescindir o contrato, mediante decisão justificada apresentada pela mais alta autoridade da esfera administrativa, exarada no processo administrativo do contrato.

e) deverá determinar a cessão do contrato à empresa que presta o serviço no novo endereço.

24 - No tocante à responsabilidade extracontratual do Estado, as seguintes teorias foram adotadas em determinado momento histórico:

1. Teoria do risco administrativo, propiciando a responsabilidade objetiva do Estado;
2. Teoria da irresponsabilidade, afastando a responsabilidade do Estado;
3. Teoria civilista da culpa, propiciando a responsabilidade subjetiva, baseada na culpa ineligendo e culpa in vigilando em relação aos agentes causadores do dano;
4. Teoria da culpa do serviço, propiciando a responsabilidade subjetiva, baseada na culpa anônima do serviço público.

Do ponto de vista evolutivo, tais teorias se sucederam na seguinte sequência:

a) 1, 2, 3 e 4.

b) 2, 3, 4 e 1.

c) 4, 3, 2 e 1.

d) 2, 3, 1 e 4.

e) 3, 2, 4 e 1.

25 - Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, o ato de receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado, sujeita o agente, dentre outras, às cominações de

a) perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e multa civil de até três vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido, aplicadas cumulativamente.

b) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

c) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.

d) ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano.

e) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até duzentas vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

26 - Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração pública, conforme previsão da Lei nº 8.429/2012:

a) Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela Administração pública com entidades privadas.

b) Celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.

c) Celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

d) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

e) Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei.

27 - No Brasil, a Administração federal compreende a Administração direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, e a Administração indireta, que compreende as seguintes

categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas. Em relação à Administração indireta e suas categorias de entidades, é estabelecido que

a) as fundações públicas são criadas para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa e patrimônio próprio.

b) as autarquias são criadas para executar atividades atípicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, a gestão administrativa centralizada e a gestão financeira publicizada.

c) nas fundações públicas o patrimônio é gerido exclusivamente pelo Poder Executivo e o funcionamento custeado exclusivamente por recursos da União.

d) nas sociedades de economia mista o controle acionário pertence exclusivamente ao poder privado e estas não podem explorar atividades de caráter econômico ou prestação de serviços.

e) tanto as sociedades de economia mista quanto as autarquias são entidades sem personalidade jurídica e não podem explorar atividades econômicas ou ter receitas próprias.

28 - Os atos administrativos, entendidos como as manifestações das vontades da Administração pública, têm entre suas finalidades resguardar e declarar direitos ou impor obrigações. Para ter validade, um ato administrativo deve ter determinados elementos ou requisitos em relação à competência, finalidade, forma, motivo e objeto ou conteúdo. A finalidade é

a) a situação que autoriza ou determina a realização do ato administrativo.

b) o poder, que a lei confere aos agentes públicos para que eles desempenhem suas funções.

c) o objetivo que a Administração busca com a prática do ato administrativo e a sua prática não pode ser diversa daquela prevista na regra de competência.

d) o efeito jurídico que o ato produz, prescreve ou dispõe, e o resultado do ato nunca pode violar outra lei, regulamento ou outro ato normativo.

e) o meio pelo qual o ato é exteriorizado, o procedimento previsto em lei ou formalidades indispensáveis à existência do ato administrativo.

29 - A Lei nº 8.666/1993 define que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Segundo o princípio da legalidade,

- a) impede-se que o agente público estabeleça condições de caráter não exclusivista em relação aos concorrentes, seu estado ou situação.
- b) o processo de licitação está vinculado às prescrições legais regulamentares específicas e às estabelecidas no respectivo ato convocatório.
- c) o procedimento licitatório deve estar ajustado aos bons costumes e às regras de ética que devem nortear todas as atividades dos agentes administrativos.
- d) todos os atos praticados pelos agentes administrativos devem ser do pleno conhecimento da coletividade.
- e) deve ser estabelecido tratamento diferenciado injustificável entre os interessados na contratação.

30 - Em se tratando da organização político-administrativa dos Municípios, Estados e União, a descentralização corresponde à

- a) promulgação de uma lei que dá a responsabilidade de execução de um serviço a uma nova entidade criada, integrante da Administração pública direta.
- b) criação de novas pessoas jurídicas de direito público ou privado por parte dos entes da Federação para transferência de parte das atribuições do ente criador para o novo ente criado, não havendo subordinação entre elas.
- c) criação de órgãos desprovidos de personalidade jurídica, realizada pela Administração pública direta, a fim de descentralizar competências, fortalecendo a eficiência.
- d) outorga de serviço público a entidades do Terceiro Setor, mantendo-se, entretanto, subordinação ao ente federado responsável por sua prestação.
- e) técnica de repartição ou distribuição de competências administrativas no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

DIREITO CIVIL

01 - É nulo o ato jurídico:

- I. Quando praticado por pessoa relativamente incapaz.
- II. Quando for ilícito seu objeto.
- III. Quando não revestir a forma prescrita em lei.
- IV. Por vício resultante de coação.

Está correto o que consta APENAS de

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

02 - Lucas contraiu diversas dívidas e, na iminência de tornar-se insolvente, passou a dispor do patrimônio que lhe restava. Os negócios passíveis de anulação, em razão do reconhecimento da fraude contra credores, pressupõem

a) que os atos de disposição do patrimônio do devedor insolvente tenham sido realizados a título gratuito, tais como a doação sem encargo e a remissão de dívidas, não se aplicando tal anulabilidade para atos onerosos de disposição ou transferência de bens.

b) a existência da dívida anterior à disposição ou transmissão do bem, a existência de atos gratuitos ou onerosos que tenham a aptidão de tornar insolvente o devedor, e, somente no caso de atos onerosos, exige-se a prova do *consilium fraudis*.

c) somente a existência de atos gratuitos ou onerosos que venham a tornar o devedor insolvente, sendo irrelevante se a constituição da dívida foi anterior ou posterior ao ato, bem como a prova do *consilium fraudis*.

d) somente a existência de *consilium fraudis*, independente de ser o ato gratuito ou oneroso, anterior ou posterior à constituição do crédito.

e) a existência da dívida anterior à disposição, a existência de atos gratuitos ou onerosos que venham tornar o devedor insolvente, e, em qualquer caso, a prova do *consilium fraudis*.

03 - De acordo com a atual redação do Código Civil, com as modificações operadas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), são relativamente incapazes

- a) as pessoas maiores de 16 e menores de 18 anos e os pródigos.
- b) todas as pessoas menores de 18 anos.

- c) somente as pessoas maiores de 16 e menores de 18 anos, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- d) somente as pessoas que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- e) todas as pessoas maiores de 16 e menores de 18 anos que tenham sido emancipadas.

04 - Segundo a doutrina, a noção da privacidade pode ser dividida, para estudo, em três espécies: privada, íntima e secreta. Na primeira estão contidas as duas seguintes, entendendo-se que quanto mais interno o comportamento, mais intensa será a proteção jurídica. Essa teoria que estuda o direito à privacidade é conhecida como teoria

- a) intermediária, de origem inglesa.
- b) concêntrica, de origem inglesa.
- c) da tripartição da privacidade, de origem americana.
- d) das esferas, de origem alemã.
- e) da intensidade, de origem alemã.

05 - Em relação às disposições gerais dos contratos, é correto afirmar:

- a) Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.
- b) A aceitação do contrato fora do prazo, com adições, restrições ou modificações, não importará nova proposta.
- c) Caracterizando-se vício redibitório em um contrato, o alienante, conhecendo ou não o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos.
- d) Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção; esta garantia não subsiste se a aquisição foi realizada em hasta pública.
- e) Nos contratos de adesão, são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia do aderente a direito resultante da natureza do negócio, desde que previamente informado dessa circunstância.

06 - Quanto às pessoas jurídicas, é correto afirmar:

- a) Obrigam a pessoa jurídica os atos de seus administradores, exercidos ou não nos limites dos poderes definidos no ato constitutivo.
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o início efetivo de suas atividades, ainda que pendente de registro seus atos constitutivos.

c) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

d) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões tomar-se-ão sempre pela maioria de votos dos presentes.

e) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, o cancelamento de sua inscrição será imediato.

07 - Relativamente ao mandato, considere:

I. Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.

II. O mandato deve ser expresso.

III. O mandato em termos gerais só confere poderes de administração e para transigir.

IV. O mandatário pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.

V. O maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipado pode ser mandatário, mas o mandante não tem ação contra ele senão de conformidade com as regras gerais, aplicáveis às obrigações contraídas por menores.

Está correto o que consta APENAS em

a) II, III e IV.

b) I, III e V.

c) III, IV e V.

d) II e IV.

e) I e V.

08 - Luciano, empregado de XPTO Carretos e Mudanças Ltda., dirigia o caminhão da empresa, a fim de realizar a mudança de determinado cliente, quando, por imperícia e imprudência, atropelou Renata, que sofreu, por conta do acidente, lesões corporais graves. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, a empresa XPTO responde

a) subsidiariamente a Luciano pelos danos causados a Renata, somente se tiver procedido com culpa *in eligendo*.

b) subsidiariamente a Luciano pelos danos causados a Renata, independentemente de culpa.

c) solidariamente com Luciano pelos danos causados a Renata, somente se tiver procedido com culpa *in eligendo*.

d) solidariamente com Luciano pelos danos causados a Renata, independentemente de culpa.

e) solidariamente com Luciano pelos danos materiais causados a Renata, mas subsidiariamente a ele pelos danos morais, independentemente de culpa em qualquer dos casos.

09 - Considere as seguintes proposições acerca dos contratos:

I. Nos contratos de adesão, serão válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio, desde que redigidas de forma clara e com destaque.

II. É vedado, em qualquer hipótese, celebrar contrato que tenha por objeto a herança de pessoa viva.

III. Considera-se celebrado o contrato no lugar em que foi aceito, se diverso daquele onde foi proposto.

IV. Se o contrato for aleatório, por se referir a coisas existentes, mas expostas a risco, assumido pelo adquirente, o alienante terá direito a todo o preço mesmo que a coisa já não existisse no dia do contrato.

V. O contrato preliminar deve conter, inclusive quanto à forma, todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

De acordo com o Código Civil, está correto o que consta APENAS de

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

10 - Na celebração de contrato de compra e venda, vendedor e comprador procederam com dolo, que foi a causa do negócio. Nesse caso, de acordo com o Código Civil,

a) qualquer das partes poderá invocar o dolo da outra para anular o negócio, mas nenhuma delas poderá reclamar indenização.

b) qualquer das partes poderá invocar o dolo da outra para anular o negócio, ou reclamar indenização.

c) nenhuma das partes poderá invocar o dolo da outra para anular o negócio, ou reclamar indenização.

d) qualquer das partes poderá invocar o dolo da outra para reclamar indenização, mas não para anular o negócio.

e) somente a parte mais prejudicada poderá invocar o dolo da outra para anular o negócio, ou reclamar indenização.

11 - Ricardo, maior de 16 anos, não consegue, por causa permanente, exprimir sua vontade. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Ricardo

a) é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, não correndo contra ele a prescrição.

b) é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, mas contra ele corre a prescrição.

c) é incapaz, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, não correndo contra ele a prescrição.

d) é incapaz, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, mas contra ele corre a prescrição.

e) não é incapaz, absoluta ou relativamente, mas contra ele não corre a prescrição.

12 - Quanto à mora e às perdas e danos,

a) sem exceções, as perdas e danos devidas ao credor abrangem o que ele efetivamente perdeu e o que razoavelmente deixou de lucrar, o que se denomina danos emergentes e lucros cessantes, respectivamente.

b) se a prestação tornar-se inútil ao credor devido à mora, este poderá enjeitá-la ou, com prejuízo dessa opção, exigir a satisfação de perdas e danos.

c) o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, somente após interpelação judicial ou extrajudicial constituirá em mora o devedor.

d) a não ser que a inexecução obrigacional resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato.

e) o devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.

13 - Considere os enunciados seguintes, relativos à cláusula penal:

I. A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.

II. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.

III. Para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue prejuízo, não sendo possível a presunção de danos prévios.

IV. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do devedor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

14 - No tocante à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar:

- a) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
- b) Em nosso ordenamento jurídico, a revogação de uma lei deve ser sempre expressa.
- c) As correções a texto de lei já em vigor referem-se à própria norma, não se considerando lei nova.
- d) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país imediatamente após sua publicação oficial.
- e) Embora não seja a regra geral, é possível haver repristinação legal, desde que haja disposição expressa nesse sentido.

15 - Por força de contrato estimatório, Laura entregou certa quantidade de peças de vestuário a Isabela, que ficou autorizada a vender esses produtos a terceiros, pagando àquela o preço ajustado. Nesse caso, de acordo com o Código Civil,

- a) Isabela, se preferir, poderá restituir os produtos a Laura, no prazo estabelecido, caso em que ficará dispensada de pagar-lhe o preço ajustado.
- b) os produtos não poderão ser objeto de penhora ou sequestro pelos credores de Isabela, nem mesmo depois de pago integralmente o preço a Laura.
- c) Isabela se exonerará da obrigação de pagar o preço, se a restituição dos produtos, em sua integridade, se tornar impossível por fato não imputável a ela.
- d) Antes da concretização da venda por Isabela, Laura poderá dispor dos produtos, mesmo antes de lhe serem restituídos ou de lhe ser comunicada a restituição.

e) Isabela atuará como mandatária de Laura, dado que ao contrato estimatório se aplicam, no que couber, as regras concernentes ao mandato.

16 - Acerca das preferências e privilégios creditórios, segundo o Código Civil, considere as seguintes proposições:

- I. O credor por benfeitorias necessárias tem privilégio geral sobre a coisa beneficiada.
- II. O crédito real prefere ao crédito pessoal privilegiado.
- III. O crédito por despesas com a doença de que faleceu o devedor goza de privilégio especial.
- IV. Os credores hipotecários conservam seu direito sobre o valor da indenização mesmo se a coisa hipotecada for desapropriada.
- V. Direitos reais não são títulos legais de preferência, embora confirmam prioridade sobre o produto da alienação.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

17 - Alessandra, atualmente com 17 anos de idade, nasceu com deficiência mental que a impede, de forma permanente, de exprimir sua vontade. Para o Código Civil, ela

- a) é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, e permanecerá nessa condição mesmo depois de completar 18 anos.
- b) não é incapaz, absoluta ou relativamente, de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- c) é incapaz, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, e permanecerá nessa condição mesmo depois de completar 18 anos.
- d) é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, mas deixará de sê-lo ao completar 18 anos.
- e) é incapaz, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, mas deixará de sê-lo ao completar 18 anos.

18 - Luciano, proprietário de duas casas, desapareceu do seu domicílio sem deixar testamento, representante ou procurador para administrar-lhe os bens. À falta de notícia de Luciano, o Juiz, a requerimento do Ministério Público, declarou sua ausência e nomeou-lhe curador, que arrecadou seus bens. Decorrido um ano da arrecadação dos bens, deferiu-se, a pedido dos filhos de Luciano, seus únicos herdeiros, a abertura da sucessão provisória. Nesse caso,

- a) os imóveis de Luciano deverão ser vendidos, independentemente do estado de conservação, permanecendo o produto da venda depositado judicialmente até a conclusão da sucessão definitiva.
- b) para se imitirem na posse das casas, os filhos de Luciano precisarão dar garantia da sua restituição, no equivalente aos seus respectivos quinhões.
- c) os imóveis de Luciano não poderão ser alienados em nenhuma hipótese, sendo passíveis, no entanto, de desapropriação.
- d) os filhos de Luciano serão obrigados a capitalizar todos os frutos dos bens dele nos quais forem empossados, cabendo-lhes prestar contas anualmente ao Ministério Público.
- e) uma vez empossados nos seus bens, os filhos de Luciano ficarão o representando ativa e passivamente, de modo que contra eles correrão as ações pendentes e futuras movidas em face do ausente.

19 - Por conta de mútuo oneroso, João devia a Teresa a importância de cem mil reais. No intuito de ajudar o amigo em dificuldade, Leopoldo assumiu para si a obrigação de João, para o que houve expressa anuência de Teresa. Nesse caso,

- a) João ficará exonerado da dívida, salvo se Leopoldo, ao tempo da assunção, fosse insolvente e Teresa ignorasse essa sua condição.
- b) Leopoldo poderá opor a Teresa as exceções pessoais que competiam a João.
- c) se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito de João, sem nenhuma garantia, independentemente de quem a tenha prestado.
- d) preservam-se as garantias especiais originariamente dadas a Teresa por João, independentemente do assentimento dele.
- e) João responderá apenas pela metade da dívida, ainda que Leopoldo não cumpra a obrigação assumida perante Teresa.

20 - De acordo com o Código Civil, o negócio cujo objeto, ao tempo da celebração, é impossível

- a) é nulo de pleno de direito, ainda que se trate de impossibilidade relativa.
- b) terá validade se a impossibilidade inicial do objeto cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- c) é válido, ainda que se trate de impossibilidade absoluta, desde que ela não tenha sido criada por nenhuma das partes.

- d) é válido, porém ineficaz, ainda que se trate de impossibilidade absoluta.
- e) é nulo de pleno direito, porém eficaz, desde que se trate de impossibilidade relativa.

21 - Renato emprestou seu automóvel a Paulo. Quinze dias depois, ainda na posse do veículo, Paulo o comprou de Renato, que realizou a venda sem revelar que o automóvel possuía grave defeito mecânico, vício oculto que só foi constatado por Paulo na própria data da alienação. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Paulo tem direito de obter a redibição do contrato de compra e venda, que se sujeita a prazo

- a) prescricional, de trinta dias, contado da data em que recebeu o automóvel.
- b) prescricional, de quinze dias, contado da data da alienação.
- c) decadencial, de trinta dias, contado da data em que recebeu o automóvel.
- d) decadencial, de quinze dias, contado da data da alienação.
- e) decadencial, de noventa dias, contado da data em que recebeu o automóvel.

22 - Luciana e Roberto casaram-se no ano de 2004 sob o regime da separação de bens, divorciando-se em 2018, quando desfizeram a sociedade conjugal. Em 2013, Luciana, culposamente, colidiu seu automóvel com o de Roberto, causando-lhe danos. Nesse caso, a pretensão de Roberto obter a correspondente reparação civil de Luciana, segundo o Código Civil,

- a) é imprescritível.
- b) prescreveu em 2016.
- c) prescreverá em 2021.
- d) prescreveu em 2018.
- e) prescreverá em 2028.

23 - Em relação às fundações, é correto afirmar:

- a) Somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- b) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados voltarão necessariamente ao patrimônio do instituidor ou de seus herdeiros.
- c) Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a mudança não contrarie ou desvirtue sua finalidade, além de ser aprovada pelo Ministério Público no prazo máximo de 45 dias e que seja deliberada pela unanimidade de seus gestores e representantes.
- d) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, será ela extinta pelo Ministério Público, incorporando-se seu patrimônio ao Estado membro, com vinculação da destinação àquela a que objetivava a fundação extinta.

e) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

24 - A compra e venda

a) é nula a de ascendente a descendente, salvo se os demais descendentes e o cônjuge do alienante consentirem com o ato.

b) não admite a fixação do preço em função de índices ou parâmetros, ainda que suscetíveis de determinação objetiva, pela insegurança jurídica que traria às partes contratantes.

c) já transfere de imediato o domínio, uma vez celebrado o contrato respectivo, em se tratando de bem móvel.

d) é lícita entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.

e) só pode ter por objeto coisa atual, ficando sem efeito o contrato se tratar-se de coisa futura, que poderá não existir.

25 - No tocante ao pagamento,

a) não é lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas, pela insegurança patrimonial causada ao devedor.

b) o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, salvo se mais valiosa, pois nesse caso faltará interesse econômico à rejeição.

c) quando feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se provado depois que não era credor.

d) em qualquer hipótese considera-se autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, pela presunção legal absoluta daí decorrente.

e) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor; se pagar antes de vencida a dívida, só terá direito ao reembolso no vencimento.

26 - Em relação às obrigações de dar coisa certa, é correto afirmar que,

a) como regra geral, a obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

b) se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.

c) sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, nesses casos sem direito a reclamar perdas e danos.

d) até a tradição, pertence a coisa ao credor, com seus acréscimos, pelos quais poderá exigir aumento do preço, com ou sem anuência do devedor.

e) deteriorada a coisa, sem culpa do devedor, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, nesse caso sem abatimento do preço pela referida ausência de culpa do devedor.

27 - Sobre a participação dos intervenientes em serviços e obras de engenharia e arquitetura é prerrogativa do proprietário exigir do executante a correção dos defeitos do empreendimento, desde que acusados, pormenorizadamente, de maneira formal, por escrito, no prazo previsto no Código Civil; ou outro prazo, quando prévia e explicitamente for acordado com o executante. Os defeitos e o prazo previsto no Código Civil para saná-los são, respectivamente,

a) ocultos (vícios redibitórios) e dezoito meses.

b) ocultos (vícios redibitórios) e um ano.

c) não ocultos (vícios não redibitórios) e dois anos.

d) não ocultos (vícios não redibitórios) e oito meses.

e) ocultos (vícios redibitórios) e seis meses.

28 - Sobre contratos, é INCORRETO afirmar:

a) Nos de execução continuada, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.

b) A exceção de contrato não cumprido aplica-se a todos os contratos.

c) Os benéficos devem ser interpretados de forma restrita.

d) É proibido o que tem por objeto herança de pessoa viva.

e) É possível a manifestação tácita de vontade em matéria contratual, quando não for necessária que seja expressa.

29 - Por meio de escritura pública, André outorgou a Beatriz mandato para que, em seu nome, ela pudesse celebrar contratos. A escritura foi omissa quanto à possibilidade de substabelecer (não a autorizava, nem a vedava expressamente). Ainda assim, por meio de instrumento particular, Beatriz substabeleceu os poderes que a ela tinham sido outorgados a Carlos, que praticou atos em nome de André. Nesse caso,

a) o substabelecimento é inválido, pois exigia, necessariamente, a mesma forma do mandato (instrumento público); além disso, Beatriz responderá, perante André, pelos atos praticados por Carlos, independentemente de culpa deste.

- b) o substabelecimento é inválido, pois a possibilidade de substabelecer não foi prevista na escritura pública de mandato; além disso, Beatriz responderá, perante André, por eventuais atos culposos praticados por Carlos.
- c) o substabelecimento é válido, sendo que Beatriz responderá, perante André, por eventuais atos culposos praticados por Carlos.
- d) o substabelecimento é válido, sendo que Beatriz não responderá, perante André, por eventuais atos culposos praticados por Carlos.
- e) o substabelecimento é válido, sendo que Beatriz responderá, perante André, pelos atos praticados por Carlos, independentemente de culpa deste.

30 - Patrícia e Beatriz celebraram contrato de compra e venda de um automóvel usado, convencionando que o preço seria fixado por Fernando, o qual, por sua vez, recusou a incumbência. Nesse caso, o contrato

- a) é nulo de pleno direito, pois é vedado atribuir a terceiro a fixação do preço em contrato de compra e venda.
- b) é nulo de pleno direito, pois só se admite atribuir a terceiro a fixação do preço em contratos de compra e venda de coisas fungíveis.
- c) era válido por ocasião da celebração, mas a recusa de Fernando o tornou inválido.
- d) é válido, mas ficará sem efeito por conta da recusa de Fernando, salvo se Patrícia e Beatriz designarem outra pessoa para fixar o preço.
- e) é juridicamente inexistente, pois é vedado atribuir a terceiro a fixação do preço em contrato de compra e venda.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 - Recentemente foi editada medida provisória alterando diversos dispositivos da legislação federal que regula o setor de saneamento, a qual, após a aprovação, com emendas, pela Câmara Legislativa, perdeu a validade em face da sua não apreciação pelo Senado Federal. A situação narrada ilustra, do ponto de vista do processo legislativo estabelecido na Constituição Federal de 1988,

a) prerrogativa do Presidente da República para editar medida provisória com força de lei, adstrita a situações de relevância e urgência, a qual, contudo, perde vigência se não aprovada pelo Congresso Nacional no prazo de sessenta dias, prorrogável uma única vez.

b) usurpação da competência legislativa do Congresso Nacional, eis que medidas provisórias somente são admissíveis em matéria financeira, orçamentária e tributária.

c) extrapolação do poder de emenda parlamentar, eis que, em se tratando de medida provisória, apenas o Senado Federal pode apresentar emendas ao texto original.

d) hipótese de iniciativa privativa do Chefe do Executivo para proposição legislativa, a qual é afastada quando se trate de leis ordinárias, cuja iniciativa é comum ao Legislativo e Executivo independentemente da matéria.

e) possível falha no processo legislativo, eis que, em se tratando de medida provisória, a regra é a apreciação apenas pelo Senado Federal, somente cabendo votação pela Câmara Legislativa em situações excepcionais.

02 - As normas constitucionais que estabelecem o regramento geral aplicável aos servidores públicos,

a) admitem a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nas hipóteses estabelecidas em lei.

b) condicionam a contratação de ocupantes de empregos de confiança a processo seletivo simplificado.

c) restringem as hipóteses de livre provimento aos cargos de assessoramento direto da alta direção do órgão ou entidade.

d) impedem adesão de ocupantes de cargo de livre provimento e empregados temporários ao regime geral de previdência.

e) facultam aos ocupantes de emprego público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a opção de adesão ao regime próprio de previdência instituído pelo ente.

03 - Sobre o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade a Constituição Federal de 1988,

- a) compete-lhe sustar execução de contrato público, caso se verifique prática de ilegalidade não sanada no prazo por ele estabelecido.
- b) os seus Conselheiros submetem-se aos ditames ético-profissionais do Conselho Nacional de Justiça.
- c) compete-lhe julgar as contas públicas prestadas apenas pelos administradores pertencentes a órgãos da Administração direta.
- d) compete-lhe julgar as contas públicas prestadas pelo Governador do Estado anualmente.
- e) é composto por 9 Conselheiros, com mais de 35 e menos de 65 anos.

04 - O Presidente da República apresentou Proposta de Emenda Constitucional – PEC com a finalidade de prever que toda desapropriação praticada pelo Estado fosse precedida de indenização em dinheiro. Devidamente processada, a PEC foi aprovada por três quintos dos deputados, em dois turnos de votação, bem como por três quintos dos senadores, igualmente em dois turnos de votação, seguindo, ato contínuo, para o Presidente da República, que a promulgou.

Com base no caso hipotético descrito acima, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,

- a) não é possível alterar matéria relacionada ao direito de propriedade, por se tratar de direito fundamental.
- b) o Presidente da República não pode apresentar Proposta de Emenda Constitucional.
- c) o Presidente da República não pode promulgar Emenda Constitucional.
- d) a descrição acima retrata uma constituição não-rígida, impossível de ocorrer no Brasil, que adotou uma constituição-rígida.
- e) a PEC deveria ter sido arquivada, uma vez que a Constituição já prevê indenização justa e prévia, em dinheiro, em todos os casos de desapropriação.

05 - Getúlio é jornalista e deseja ter acesso ao extrato de contrato firmado entre a Prefeitura e fornecedor de insumos para tratamento de água, uma vez que as obrigações contratuais dali constantes já estão sendo praticadas, sem que as informações tenham sido publicadas no Diário Oficial. Solicitou à Prefeitura que prestasse tais esclarecimentos, o que lhe foi negado sob o argumento de que os dados dali constantes não envolvem informações pessoais do próprio jornalista.

Diante da negativa, a fim de ver protegido seu direito, Getúlio deve impetrar

- a) mandado de injunção.
- b) mandado de segurança coletivo.
- c) *habeas data*.
- d) *habeas corpus*.
- e) mandado de segurança individual.

06 - Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, NÃO é competência privativa da União legislar sobre

- a) navegação lacustre e fluvial.
- b) florestas, caça, pesca e fauna.
- c) sistema cartográfico.
- d) propaganda comercial.
- e) trânsito e transporte.

07 - O artigo 5º , XIII, da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a liberdade de trabalho, ofício ou profissão. Este dispositivo, no que tange à eficácia das normas constitucionais, é de natureza

- a) contida, em vista da possibilidade de sobrevir regramento infraconstitucional estabelecendo requisitos para o exercício do direito.
- b) limitada, em vista da possibilidade de sobrevir regramento infraconstitucional estabelecendo requisitos para o exercício do direito.
- c) contida, em vista da necessidade de sobrevir regramento infraconstitucional para viabilizar o exercício do direito.
- d) limitada, em vista da necessidade de sobrevir regramento infraconstitucional para viabilizar o exercício do direito.
- e) plena, em vista da natureza fundamental do direito veiculado pela norma constitucional.

08 - A nomeação de um particular para ocupar um cargo em comissão na Administração direta

- a) dependeria de prévia realização de concurso público, tendo em vista que referidos cargos só podem ser providos por servidores de carreira.
- b) significa que a Administração pública está provendo cargos para atender necessidades temporárias decorrentes da vacância de cargos efetivos, cujas atribuições não podem deixar de ser desempenhadas.
- c) deve se destinar a atribuições de chefia, direção ou assessoramento, pois referidos servidores não podem se prestar a desempenhar atribuições típicas de cargos efetivos.

d) sujeita o novo servidor ao cumprimento de estágio probatório de 2 anos, diferentemente do provimento de cargos efetivos, que impõe estágio probatório de 3 anos.

e) enseja a formação de vínculo celetista, passível de demissão *ad nutum*, tendo em vista que a não realização de concurso público impede a formalização de vínculo estatutário.

09 - Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre nacionalidade,

a) são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

b) a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos em lei complementar.

c) é privativo de brasileiro nato o cargo de membro da Câmara dos Deputados.

d) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por decisão administrativa, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

e) é fator impeditivo de aquisição da nacionalidade brasileira a condenação, por improbidade administrativa, de cidadão estrangeiro residente no Brasil por período superior a quinze anos ininterruptos.

10 - Com base no que dispõe a Constituição Federal, é competência privativa da União legislar sobre:

I. normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.

II. propaganda comercial.

III. procedimentos em matéria processual.

IV. sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular.

V. assistência jurídica e Defensoria pública.

Está correto o que consta APENAS de

a) I, II e III.

b) I, III e V.

c) I, II e IV.

d) III, IV e V.

e) II, IV e V.

11 - Segundo o que estabelece a Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nos casos que especifica, dentre os quais o de

- a) um cargo de professor com outro técnico, independentemente de haver compatibilidade de horários.
- b) dois cargos de professor com outro de confiança, independentemente de haver compatibilidade de horários.
- c) cargos de professor, independentemente da quantidade, desde que haja compatibilidade de horários.
- d) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, quando houver compatibilidade de horários.
- e) um cargo de professor com outro científico, independentemente de haver compatibilidade de horários.

12 - Diante do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais:

- a) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado após a naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- b) É livre, exclusivamente aos brasileiros natos e naturalizados, a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- c) Admite-se a prática de tortura em caso de guerra declarada.
- d) A pequena propriedade rural, assim definida em lei e trabalhada pela família, somente poderá ser objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- e) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

13 - Segundo a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- a) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 100% à do normal.
- b) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- c) Proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de vinte e um anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

- d) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- e) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

14 - Lauro, Estevão e Cássio são amigos. Lauro jamais prestou concurso público e ocupa cargo comissionado em Secretaria de Estado. Estevão passou em concurso para titular de cartório extrajudicial. Cássio passou em concurso público e ocupa cargo efetivo em autarquia estadual. Os três, por coincidência, fazem aniversário em 1º de abril, quando completarão 75 anos. Com base nessas informações, é possível concluir que, na referida data,

- a) os três serão aposentados compulsoriamente.
- b) somente Lauro será aposentado compulsoriamente.
- c) somente Estevão será aposentado compulsoriamente.
- d) somente Cássio será aposentado compulsoriamente.
- e) Estevão e Cássio serão aposentados compulsoriamente.

15 - Conforme observa Maria Sylvania Di Pietro, ao se referir ao princípio da legalidade, *Hoje, é possível falar em legalidade restrita, significando exigência de lei, em sentido formal, para a prática de determinados atos, em especial os que restringem direitos do cidadão, tal como decorre do artigo 5º, II, da Constituição.*

(**Direito Administrativo**, 2017, p. 1.004)

Dentre as espécies normativas mencionadas na Constituição Federal de 1988, às quais se reconhecem os efeitos de lei formal, encontra-se

- a) o decreto presidencial.
- b) a orientação normativa.
- c) a portaria ministerial.
- d) o decreto-lei.
- e) a medida provisória.

16 - São considerados "remédios constitucionais", entre outros, os seguintes instrumentos utilizados para proteção aos direitos humanos:

- a) Mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular.
- b) Ação popular, reclamação e salvo conduto.
- c) Salvo conduto, ação de inconstitucionalidade e *habeas corpus*.
- d) *Habeas corpus*, arguição de direito fundamental e agravo mandamental.
- e) Agravo mandamental, recurso de revista e mandado de segurança.

17 - A Constituição Federal vigente, em Seção específica voltada à Defensoria Pública, prevê expressamente sobre

- a) serem princípios institucionais da Instituição a unidade, a divisibilidade entre Defensorias Estaduais e da União e a independência funcional.
- b) a inamovibilidade de seus membros, exceto aos membros da classe inicial da carreira.
- c) a atuação judicial de forma gratuita, não mencionando a atuação extrajudicial da Defensoria Pública.
- d) a possibilidade de exercício da advocacia fora das atribuições constitucionais, desde que não haja fins lucrativos.
- e) a aplicação da autonomia funcional, administrativa e a iniciativa de proposta orçamentária às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.

18 - As comissões parlamentares de inquérito, segundo texto constitucional expresso,

- a) terão conclusões sempre encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade dos infratores.
- b) podem ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sempre em conjunto, mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros.
- c) podem ser criadas pela Câmara dos Deputados, mediante requerimento de um terço de seus membros.
- d) possuem poderes de investigação próprios das autoridades administrativas, com alguns poderes de autoridades judiciais, especificamente previstos no texto constitucional.
- e) podem ser criadas pelo Senado Federal, para apuração de fatos determinados, pela maioria simples de seus membros, por prazo indeterminado, necessário à efetiva apuração.

19 - Sobre a responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar:

- a) Admitida a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, será o Presidente da República submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- b) Admitida a acusação, por maioria absoluta do Congresso Nacional, será o Presidente da República submetido a julgamento perante o Senado Federal, quanto às infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.

- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, em caso de apuração de crime de responsabilidade após instauração do processo pelo Congresso Nacional.
- d) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, em caso de apuração de infrações penais comuns, assim que recebida a acusação pelo Senado Federal.
- e) A Constituição Federal elenca os tipos de crimes de responsabilidade do Presidente da República em seu texto, dispondo, ainda, sobre as penas a eles aplicadas.

20 - Cabe ao Congresso Nacional

- a) eleger membros do Conselho da República, submetendo, posteriormente, a decisão à ratificação do Presidente da República.
- b) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- c) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- d) dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- e) fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta.

21 - São considerados pela Constituição Federal vigente órgãos do Poder Judiciário, dentre outros:

- a) o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais e Juízes Desportivos e os Tribunais e Juízes Federais.
- b) o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais e Juízes de Paz.
- c) os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes de Paz, os Tribunais e Juízes dos Estados, Distrito Federal e Territórios.
- d) o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e Juízes Eleitorais e os Tribunais e Juízes Militares.
- e) o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e Juízes Federais e os Tribunais e Juízes Desportivos.

22 - A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedece aos seguintes princípios, garantias e diretrizes, segundo o texto constitucional vigente

- a) proporcionalidade, impessoalidade e a possibilidade de acumular funções e empregos públicos desde que em autarquias e fundações.
- b) eficiência, razoabilidade e vencimentos do Poder Executivo, superiores aos pagos ao Poder Legislativo e Judiciário.
- c) impessoalidade, publicidade e direito à livre associação sindical ao servidor público civil.
- d) moralidade, eficiência e direito à greve exercida nos termos e nos limites trazidos pelo texto constitucional, independentemente de lei que o regule.
- e) legalidade, proporcionalidade e equiparação de espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal que realiza o mesmo serviço público.

23 - A emenda à Constituição Federal vigente

- a) pode ser proposta pelo Presidente da República e será discutida em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- b) pode ser proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e será discutida em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, em sessão em que estejam presentes Deputados e Senadores, considerando-se aprovada se obtiver três quartos de seus votos.
- c) será promulgada, ao final, pelo Presidente da República, mesmo no caso de ter sido ele quem apresentou a proposta votada pelo Congresso Nacional.
- d) poderá trazer como matéria deliberativa a extinção da forma federativa de Estado, mas, nesse caso, deverá ser necessariamente proposta pelo Presidente da República e aprovada pelo Congresso Nacional, em dois turnos, pela maioria absoluta de seus membros.
- e) não pode ser proposta na vigência do estado de defesa e de sítio, permitindo-se, no entanto, na vigência de intervenção federal.

24 - A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, mais a iniciativa popular, o referendo e o plebiscito. Tais instrumentos previstos na Constituição Federal vigente correspondem ao modelo

- a) do pluralismo político.
- b) da democracia indireta.
- c) da democracia direta.
- d) da democracia semidireta.

e) do veto popular.

25 - O direito à liberdade de crença inclui o de aderir a uma religião,

- a) não englobando o direito de realizar culto religioso.
- b) por se tratar de direito de crer em algo, não englobando o ateísmo.
- c) o de mudar de religião e, ainda, o direito de não aderir a religião alguma ou mesmo o direito de ser ateu.
- d) o de exercer culto, desde que em local privado.
- e) não englobando o direito à liturgia.

26 - No que diz respeito ao tema "nacionalidade",

- a) *jus sanguinis* é o critério para fixar-se a nacionalidade primária.
- b) *heimatlos* é o mesmo que apátrida.
- c) *jus solis* é o critério para atribuir-se nacionalidade ao apátrida.
- d) *jus loci* é a polinacionalidade.
- e) nacionalidade secundária é o mesmo que nacionalidade involuntária.

27 - Está vedada na vigência de intervenção federal a

- a) convocação do Conselho de Defesa Nacional.
- b) decretação do estado de sítio.
- c) convocação do Conselho da República.
- d) permissão para que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.
- e) emenda à Constituição Federal.

28 - De acordo com a Constituição da República, para preservar, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou paz social atingida por calamidades de grandes proporções na natureza, o

- a) Congresso Nacional, a pedido do governador do Estado atingido e ouvido o Ministério Público Federal, poderá decretar a intervenção federal.
- b) Presidente da República, ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, poderá decretar estado de defesa.
- c) Congresso Nacional poderá decretar, a pedido do Presidente da República e autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, estado de sítio.
- d) Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, poderá decretar estado de calamidade pública.

e) Conselho de Proteção Nacional, por solicitação dos Prefeitos e Governadores das regiões atingidas, poderá decretar estado de emergência.

29 - Segundo disposição expressa da Constituição da República, a República Federativa do Brasil é formada

a) pelas unidades federativas articuladas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e constitui-se em Estado Unitário Confederado.

b) pela integração coordenada entre União, Estados e Municípios e constitui-se em Estado Democrático Descentralizado.

c) pelo conjunto reunido de Distritos, Municípios, Estados e regiões e constitui-se em Estado Democrático Parlamentar.

d) pela instituição permanente dos entes federais, municipais e estaduais e constitui-se em Estado Democrático Jurisdicional.

e) pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito.

30 - A acumulação remunerada de cargos públicos é, por regra, proibida. A Constituição da República contudo, de maneira excepcional, permite expressamente, entre outras hipóteses, havendo compatibilidade de horários, a acumulação de

a) um cargo de jornada parcial com outro de assessoria especial.

b) dois cargos destinados a profissionais da segurança pública.

c) um cargo de policial com outro de serventuário da Justiça.

d) até três cargos de professor, desde que mantidos por entes federativos diversos.

e) dois cargos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.

DIREITO PENAL

01 - Com relação à prescrição da pretensão executória,

- a) ocorre com o transcurso do lapso prescricional da execução do crime até o recebimento da denúncia.
- b) no caso de evasão do condenado, regula-se pelo tempo que resta da pena.
- c) tem como causa suspensiva a sentença de pronúncia.
- d) é contada em dobro no caso de crimes hediondos.
- e) começa a correr do dia em que cessou a atividade criminosa, no caso de tentativa.

02 - São circunstâncias que devem ser analisadas na primeira fase de aplicação da pena (pena-base):

- a) estado de embriaguez preordenada e culpabilidade do agente.
- b) tipicidade conglobante e antecedentes.
- c) circunstâncias e consequências do crime.
- d) desconhecimento da lei e antijuridicidade.
- e) regime fechado e comportamento da vítima.

03 - Segundo o Código Penal, a conduta praticada por funcionário de exigir contribuição social ou tributo que sabe ou deveria saber indevido, constitui crime conhecido como

- a) concussão direta.
- b) concussão indireta.
- c) excesso de exação.
- d) concussão implícita.
- e) excesso de tributação.

04 - Carro oficial é furtado após funcionário público estacioná-lo em via pública deixando as portas abertas e as chaves no contato. O funcionário, nesse caso, incorre, em tese, no crime de

- a) dano ao patrimônio público.
- b) peculato culposo.
- c) malversação de fundos públicos.
- d) gestão perdulária de bens e serviços públicos.
- e) condescendência criminosa.

05 - De acordo com o que estabelece o Código Penal, no que tange às penas,

- a) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações inferiores a seis meses de privação da liberdade.

- b) o condenado ao regime semiaberto de cumprimento de pena fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.
- c) considera-se regime semiaberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.
- d) a de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto, enquanto a de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.
- e) o trabalho externo somente é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior, para os condenados ao regime aberto.

06 - Acerca do que dispõe a Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013),

- a) a pena do crime de organização criminosa é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), se houver participação de criança, adolescente ou idoso.
- b) a condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao cumprimento da pena.
- c) não há incremento de pena do crime de organização criminosa no caso de, na atuação da organização criminosa, tiver sido empregada arma de fogo.
- d) se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.
- e) considera-se organização criminosa a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 3 (três) anos.

07 - Sobre os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral é correto afirmar que

- a) configura crime desacatar instituição pública federal ou estadual.
- b) comete o crime de prevaricação o funcionário público que se apropria de dinheiro, de que tem a posse em razão do cargo.
- c) se o agente solicita para si vantagem indevida em razão da função pública, mas não a recebe, o fato resta atípico.
- d) configura corrupção passiva exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, em razão da função pública, vantagem indevida.

e) é advocacia administrativa patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

08 - Configura o crime de falsificação de documento público o ato de

a) reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja.

b) alterar documento público verdadeiro.

c) destruir, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público verdadeiro, de que não podia dispor.

d) omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

e) dar o médico, no exercício da sua profissão, atestado falso.

09 - No início do ano de 2019, a Polícia Federal deflagrou uma operação que desmantelou uma organização criminosa de 20 pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, destinada à lavagem de dinheiro ilícito obtido de empresas públicas federais. Dentre os componentes da organização criminosa, foram identificados e presos 15 indivíduos. Moisés era um dos indivíduos que compunha a organização criminosa, liderada por Rodolfo, ambos presos na operação. Ainda no curso das investigações, Moisés, por meio do seu advogado, foi o primeiro dentre os integrantes da organização a procurar o Ministério Público Federal para realização da colaboração premiada, permitindo, com as suas informações, a identificação dos demais coautores da organização criminosa e a recuperação de parte do proveito das infrações penais praticadas pela organização. O pedido de homologação do acordo de colaboração premiada foi sigilosamente distribuído ao juiz competente. Nesse caso, nos termos preconizados pela Lei nº 12.850/2013,

a) o juiz poderá participar das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração.

b) o juiz não poderá recusar homologação à proposta, mas pode adequá-la ao caso concreto.

c) a sentença condenatória poderá ser proferida pelo magistrado com fundamento apenas nas declarações do agente colaborador Moisés.

d) homologado o acordo de colaboração premiada, o juiz poderá, na sentença, reduzir em até 2/3 a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos, sendo vedada a concessão de perdão judicial.

e) homologado o acordo de colaboração premiada pelo magistrado, o Ministério Público Federal poderá deixar de oferecer denúncia contra o colaborador Moisés.

10 - Ricardo e Mauro, donos de uma madeireira no estado de Goiás, cortaram árvores e promoveram incêndios criminosos na floresta do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, e foram presos em flagrante pela polícia, seguindo-se o indiciamento pelos crimes dos artigos 39 (Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente) e 41 (Provocar incêndio em mata ou floresta), ambos da Lei nº 9.605/1998. Para os fatos imputados a Ricardo e Mauro, se os crimes foram cometidos durante a noite,

- a) a pena é aumentada de um sexto a um terço.
- b) a pena é aumentada em até um sexto.
- c) a pena é aumentada até a metade.
- d) não haverá qualquer aumento na pena prevista para os dois tipos penais.
- e) a pena de detenção será substituída pela de reclusão, com majoração de um a dois terços.

11 - Considere as seguintes situações hipotéticas de crimes de furto e roubo:

I. Paulo, durante o período noturno, ingressou no quarto do seu pai, João, de 70 anos de idade, e subtraiu a quantia de R\$ 3.000,00 em dinheiro que estava ocultada no guarda-roupas.

II. Mariano, policial militar, apontou a arma de fogo para a esposa Rita, com quem é regularmente casado e convive na mesma residência, e subtraiu diversas joias em ouro pertencentes a ela, fugindo em seguida.

III. Os irmãos Michael e Josué estavam em uma festa na cidade de São Paulo, que acontecia em uma casa noturna. No curso da festa, Michael saiu da casa noturna e furtou o veículo de propriedade de Josué, entregando o bem para um comparsa, retornando para a festa logo em seguida.

IV. Davi, em comparsaria com Felício, praticou furto noturno, mediante arrombamento, contra o estabelecimento comercial de propriedade de Rodolfo, filho legítimo de Davi.

De acordo com o Código Penal, o Ministério Público poderá ajuizar ação penal pública incondicionada, e postular a aplicação das sanções previstas, contra Mariano

- a) Paulo, Davi e Felício.
- b) Michael e Davi.
- c) Paulo e Michael.
- d) Paulo e Felício.
- e) Michael e Felício.

12 - Miguel e Mauro viajaram para Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, e lá atravessaram a Ponte Internacional da Amizade para ingresso no Paraguai, em Ciudad del Este, onde compraram um carregamento de 100 mil pacotes de cigarros, para revender no Brasil, e precisavam retornar ao território nacional com a mercadoria, mas não possuíam autorização para importação. Para tanto, Miguel, que é piloto de aeronave, e Mauro alugaram um avião e realizaram o transporte aéreo da mercadoria

do Paraguai para uma fazenda situada no estado do Paraná, próxima a Foz do Iguaçu. No momento em que aterrizaram, e desembarcaram em território nacional, com a mercadoria, Miguel e Mauro foram presos em flagrante pela Polícia Federal. No caso hipotético apresentado, Miguel e Mauro cometeram crime de

- a) descaminho, e estão sujeitos à pena de 01 a 04 anos de reclusão, sem qualquer majoração, pois o descaminho foi praticado em avião clandestino.
- b) descaminho, e estão sujeitos à pena de 01 a 04 anos de reclusão, que deverá ser aplicada em dobro, pois o descaminho foi realizado em transporte aéreo.
- c) contrabando, e estão sujeitos à pena de 02 a 05 anos de reclusão, que deverá ser majorada de 1/3 a metade, pois o contrabando foi realizado em transporte aéreo.
- d) descaminho, e estão sujeitos à pena de 01 a 04 anos de reclusão, que deverá ser majorada de 1/3 a metade, pois o descaminho foi realizado em transporte aéreo.
- e) contrabando, e estão sujeitos à pena de 02 a 05 anos de reclusão, que deverá ser aplicada em dobro, pois o contrabando foi realizado em transporte aéreo.

13 - Sobre as questões processuais previstas na Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro, é correto afirmar:

- a) Decretadas medidas assecuratórias de bens do investigado provenientes dos crimes de lavagem de dinheiro, pelo magistrado competente, se eles estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, proceder-se-á à alienação antecipada para preservação do valor dos bens.
- b) O juiz, jamais de ofício, mas mediante requerimento do Ministério Público ou da parte interessada, poderá decretar a alienação antecipada de bens sob constrição, provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, que foram objeto de medidas assecuratórias.
- c) O processo e julgamento dos crimes previstos nesta lei dependem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticadas em outro país.
- d) O processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 9.613/1998 são regidos por procedimento especial orientado pelo referido diploma legal, aplicando-se apenas subsidiariamente o rito comum dos crimes punidos com reclusão, previsto no Código de Processo Penal, da competência do juiz singular.
- e) O juiz não poderá manter a constrição de bens, direitos e valores de origem lícita comprovada, ainda que destinados ao pagamento de reparação dos danos, prestações pecuniárias e multas, decorrentes da infração penal.

14 - Segundo o Código Penal brasileiro, bem como o entendimento dos Tribunais Superiores, sobre os crimes contra o patrimônio,

a) tanto o crime de roubo quanto o de furto, para a sua consumação, não precisam que a posse da coisa furtada ou roubada seja mansa, pacífica ou desvigiada.

b) o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, constitui, em tese, o crime de roubo qualificado.

c) apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção, configura, em tese, o crime de furto de coisa comum.

d) no caso do agente que praticar o crime de furto contra o cônjuge, na constância da sociedade conjugal, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

e) no crime de estelionato, não é possível que o sujeito passivo seja pessoa jurídica de direito público, já que somente pessoas físicas podem ser sujeitos passivos desse crime.

15 - Segundo o Código Penal brasileiro, bem como o entendimento dos Tribunais Superiores, sobre o concurso de pessoas,

a) se a participação no crime for de menor importância, isenta o agente da pena.

b) a pena imposta aos autores do crime será a mesma, independentemente de um dos concorrentes participar de crime menos grave.

c) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda quando elementares do crime.

d) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega a ser consumado.

e) para caracterizar o concurso, basta que duas ou mais pessoas concorram para a prática delituosa, não sendo necessária a identificação dos corréus.

16 - Segundo o Código Penal brasileiro, bem como o entendimento dos Tribunais Superiores, sobre os crimes contra a Administração Pública,

a) no caso de peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz de metade a pena imposta.

b) de acordo com a jurisprudência nacional, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes de peculato.

c) o funcionário público que solicitar para si, diretamente, em razão da função, vantagem indevida, pratica, em tese, o crime de corrupção ativa.

d) somente o advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, poderá ser sujeito ativo do crime de advocacia administrativa.

e) para a consumação do crime de concussão é necessário que o agente receba a vantagem indevida.

17 - Com relação ao peculato, considere:

I. não admite a modalidade culposa.

II. pratica-o o funcionário público que se apropria de qualquer bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio.

III. fica isento de pena o funcionário público que se apropriar de dinheiro que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

IV. pratica-o o funcionário público que retardar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse pessoal.

V. se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário, incorrerá nas penas previstas para o crime de peculato.

De acordo com o Código Penal, está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e V.
- b) I e II.
- c) III e V.
- d) I e IV.
- e) III e IV.

18 - Marino, desempregado, agrediu física e gravemente Josias, funcionário público competente para a realização de determinado ato legal. Agredido, Josias foi impedido de executar sua função. Nesse caso, de acordo com o Código Penal, Marino responderá pelo crime de

- a) resistência, aplicando-se somente a pena de detenção prevista para esse crime.
- b) resistência, aplicando-se a pena de detenção, sem prejuízo da correspondente à violência.
- c) resistência, aplicando-se a pena de reclusão, sem prejuízo da correspondente à violência.
- d) desobediência, aplicando-se a pena de reclusão, sem prejuízo da correspondente à violência.
- e) desobediência, aplicando-se somente a pena de detenção prevista para esse crime.

19 - Suponha que tenha sido editada uma lei estadual capitulando como crime a caça e o abate de animais em todo o Estado, em áreas públicas ou privadas, inclusive em relação a espécies exóticas invasoras. A constitucionalidade do referido diploma foi contestada em face do seu potencial de dano ao meio ambiente, eis que espécies já reconhecidamente nocivas, como o javali, vêm se proliferando de forma desordenada e causando danos efetivos à biodiversidade, além de risco à segurança e saúde da população de áreas rurais. Para a avaliação do apontado vício de inconstitucionalidade, cumpre considerar que

- a) a legislação estadual afigura-se compatível com as normas gerais editadas pela União sobre crimes ambientais (Lei federal nº 9.605/1998) que proíbem a caça para controle populacional, independentemente de tratar-se de espécie nociva, admitindo apenas medidas de mitigação como captura e esterilização dos animais.
- b) o Estado, no exercício da competência concorrente, possui ampla liberdade para definir e tipificar as condutas lesivas à sua fauna nativa, independentemente da tipificação da legislação federal, especialmente em relação às denominadas espécies exóticas, expressamente excluídas da proteção estabelecida pela Lei nº 9.605/1998.
- c) a legislação federal que tipifica os crimes contra o meio ambiente, editada ao amparo da competência da União para estabelecer normas gerais de proteção da fauna e do meio ambiente (Lei nº 9.605/1998), não considera crime a caça de animais nocivos, desde que assim caracterizados pelo órgão competente.
- d) o Estado não possui competência para legislar sobre a matéria, que é privativa da União, e já integralmente exercida nos termos da Lei federal nº 9.605/1998, que admite expressamente a caça e o abate do javali e de outras espécies nocivas elencadas em rol taxativo anexo ao referido diploma federal.
- e) a legislação federal que dispõe sobre sanções a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei nº 9.605/1998) disciplinou, de forma exaustiva, as hipóteses de proibição da caça, vedando apenas a caça esportiva e aquela com finalidade meramente recreativa, não havendo, assim, espaço para os estados legislarem sobre o tema em caráter suplementar.

20 - A ação penal é

- a) pública condicionada à representação no crime de estupro de vulnerável.
- b) privada no crime de dano qualificado por motivo egoístico.
- c) exclusiva do Ministério Público, embora condicionada à representação do ofendido, por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- d) privada, em qualquer situação, no crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- e) pública condicionada à representação no crime de furto cometido em prejuízo de irmão, legítimo ou ilegítimo, independentemente da idade deste.

21 - Quanto aos crimes contra a fé pública,

- a) compete à Justiça Estadual comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento público falso quando se tratar de Carteira de Habilitação de Amador, ainda que expedida pela Marinha do Brasil.
- b) há sempre concurso entre os crimes de falsificação de documento público e estelionato, segundo entendimento do sumulado do Superior Tribunal de Justiça.
- c) configura crime de falsificação de documento particular o ato de falsificar, no todo ou em parte, testamento particular, duplicata e cartão bancário de crédito ou débito.
- d) atípica a conduta de, em situação de autodefesa, atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial.
- e) inadmissível proposta de suspensão condicional do processo no crime de falsidade ideológica de assentamento de registro civil.

22 - Segundo entendimento sedimentado dos Tribunais Superiores sobre crimes contra o patrimônio,

- a) há latrocínio tentado quando o homicídio se consuma, mas o agente não realiza a subtração de bens da vítima, não se admitindo o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base na gravidade abstrata do delito, se fixada a pena-base no mínimo legal.
- b) é possível o reconhecimento da figura privilegiada nos casos de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem subjetiva, não se admitindo, porém, a aplicação, no furto qualificado pelo concurso de agentes, da correspondente majorante do roubo.
- c) a intimidação feita com arma de brinquedo não autoriza, no crime de roubo, o reconhecimento da causa de aumento relativa ao emprego de arma de fogo, consumando-se o crime com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, imprescindível, porém, a posse mansa e pacífica ou desvigiada.
- d) o condenado por extorsão mediante sequestro, dependendo da data de cometimento da infração, poderá obter a progressão de regime após o cumprimento de um sexto da pena, independentemente a consumação do crime de extorsão comum a obtenção de vantagem indevida.
- e) sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior do estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto, admitindo-se a indicação do número de majorantes como fundamentação concreta para o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado.

23 - Na aplicação da pena,

a) a folha de antecedentes constitui documento suficiente para a comprovação de reincidência, não prevalecendo a condenação anterior, contudo, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação.

b) incidirá a atenuante da confissão espontânea quando for utilizada para a formação do convencimento do julgador, bastando, no crime de tráfico ilícito de entorpecentes, que o acusado admita a posse ou propriedade da substância, ainda que para uso próprio.

c) se houver concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte geral do Código Penal, pode o Juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.

d) sempre cabível a substituição da pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade, isolada ou cumulativamente com outra sanção alternativa ou multa, se aplicada pena corporal não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, tratando-se de réu não reincidente em crime doloso, além de favoráveis as circunstâncias judiciais.

e) vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base, não se configurando a má antecedência se o acusado ostentar condenação por crime anterior, transitada em julgado após o novo fato.

24 - Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, INAPLICÁVEL o princípio da insignificância

a) aos crimes ambientais e aos crimes patrimoniais sem violência ou grave ameaça à pessoa, se reincidente o acusado.

b) aos crimes praticados contra a criança e o adolescente e aos crimes contra a ordem tributária.

c) às contravenções penais praticadas contra a mulher no âmbito das relações domésticas e aos crimes contra a Administração pública.

d) aos crimes de licitações e às infrações de menor potencial ofensivo, já que regidas por lei especial.

e) aos crimes de violação de direito autoral e aos crimes previstos no estatuto do desarmamento.

25 - De acordo com o ordenamento jurídico e o posicionamento dos tribunais superiores sobre as disposições previstas nas Leis nº 8.137/1990, nº 8.176/1991 e nº 9.080/1995, que tratam dos crimes contra a ordem tributária e as relações de consumo,

- a) constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo ou contribuição social, não prevendo a Lei nº 8.137/1990, contudo, a tipificação das mesmas condutas quanto aos acessórios.
- b) a Súmula Vinculante 24, do Supremo Tribunal Federal, que dispõe que “não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo”, não pode ser aplicada a fatos anteriores à sua edição.
- c) a constituição regular e definitiva do crédito tributário é suficiente para tipificar as condutas previstas no art. 1º, I a IV, da Lei nº 8.137/1990, não influenciando em nada, para fins penais, o fato de ter sido reconhecida a prescrição tributária.
- d) nos crimes previstos na Lei nº 8.137/1990, cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que por meio de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá extinta a sua punibilidade.
- e) constitui crime contra a ordem econômica sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação.

26 - De acordo com o ordenamento jurídico e o posicionamento dos tribunais superiores acerca do crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998),

- a) a pena será aumentada de metade, se os crimes definidos na Lei nº 9.613/1998 forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.
- b) somente constitui o crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores se o valor em pecúnia envolvido tiver decorrido de um dos crimes referidos no rol exaustivo da Lei nº 9.613/1998.
- c) a lei de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, muito embora criminalize a conduta de ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de determinados crimes, é omissa quanto à tipificação das condutas de importar ou exportar bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.
- d) não é punível a tentativa de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
- e) é adotada nos tribunais superiores brasileiros a doutrina norte-americana que aponta a existência de três fases distintas do crime de “lavagem” de bens, direitos e valores: a colocação, o encobrimento e a integração.

27 - De acordo com o ordenamento jurídico e o posicionamento dos tribunais superiores acerca dos crimes contra a fé pública,

- a) não comete o delito de falsa identidade (art. 307) do Código Penal aquele que, conduzido perante a autoridade policial, atribui a si falsa identidade com o intuito de ocultar seus antecedentes, tendo em vista o princípio da autodefesa.
- b) assim como nos demais crimes não patrimoniais em geral, os delitos contra a fé pública são incompatíveis com o instituto do arrependimento posterior, dada a impossibilidade material de haver reparação do dano causado ou a restituição da coisa subtraída.
- c) a conduta do agente que altera, em parte, testamento particular, é tipificada como falsificação de documento particular.
- d) tanto o charlatanismo (art. 283), quanto o curandeirismo (art. 284), são classificados no Código Penal como crimes contra a fé pública.
- e) fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer papel público constitui contravenção penal.

28 - Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre os crimes contra o patrimônio,

- a) o sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial torna impossível a configuração do crime de furto, em razão da absoluta ineficácia do meio.
- b) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo imprescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.
- c) no caso de furto de energia elétrica mediante fraude, o adimplemento do débito antes do recebimento da denúncia extingue a punibilidade.
- d) não configura o delito de extorsão (art. 158 do Código Penal) a conduta do agente que submete vítima à grave ameaça espiritual que se revelou idônea a atemorizá-la e compeli-la a realizar o pagamento de vantagem econômica indevida.
- e) o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

29 - Segundo o entendimento dos tribunais superiores acerca da cominação, aplicação e individualização das penas,

- a) as circunstâncias agravantes genéricas não se aplicam aos crimes culposos, com exceção da reincidência.
- b) a existência de inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado podem ser considerados como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.

c) condenações transitadas em julgado constituem fundamento idôneo para análise desfavorável da personalidade do agente, se prestando para fundamentar a exasperação da pena-base como personalidade voltada para o crime.

d) na dosimetria da pena, as condenações por fatos posteriores ao crime em julgamento podem ser utilizadas como fundamento para valorar negativamente a culpabilidade, a personalidade e a conduta social do réu.

e) a opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

30 - É circunstância que sempre atenua a pena ter o agente cometido o crime

- a) em ocasião de qualquer calamidade pública.
- b) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade.
- c) por motivo de relevante valor social ou moral.
- d) em estado de embriaguez preordenada.
- e) prevalecendo-se de relações domésticas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01 - Geraldo ajuizou ação cumulando os pedidos de indenização por danos materiais e morais contra prestador de um serviço, alegando que houve desconformidade da prestação em relação ao pactuado. Após analisar a contestação apresentada pelo réu, o magistrado entendeu que a irregularidade do serviço e a existência dos danos morais eram incontroversas, mas o reconhecimento dos danos materiais alegados dependeria de produção de provas. Assim, o juiz julgou parcialmente o mérito para julgar procedente o pedido de indenização por danos morais, determinando, no mesmo ato, a intimação das partes para que especificassem as provas que pretendiam produzir. Esse ato judicial consiste em

- a) sentença de mérito, sujeito a recurso de apelação; caso não haja recurso tempestivo, formar-se-á coisa julgada material.
- b) julgamento antecipado parcial do mérito, sujeito a agravo de instrumento; caso não haja recurso tempestivo, formar-se-á coisa julgada material.
- c) julgamento antecipado parcial do mérito, e, por isso, não se sujeita a recurso imediato, podendo ser impugnado por meio de preliminar de razões ou contrarrazões de apelação.
- d) sentença sem resolução do mérito, sujeita a apelação; caso não haja recurso tempestivo, formar-se-á coisa julgada meramente formal.
- e) decisão interlocutória de tutela provisória antecipada, sujeita a recurso de agravo de instrumento e, caso não haja recurso tempestivo, haverá a preclusão.

02 - Sobre o regime jurídico e as disposições do atual Código de Processo Civil a respeito da Defensoria Pública,

- a) não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.
- b) somente se exime do ônus da impugnação específica quando atuar na condição de curador especial.
- c) quando a parte beneficiária da gratuidade da justiça for responsável pelo pagamento de perícia, o valor será pago com os recursos do fundo de custeio da Defensoria Pública.
- d) a prerrogativa da contagem dobrada dos prazos se aplica aos escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito.
- e) no caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, a intimação da Defensoria Pública supre a necessidade de citar pessoalmente os ocupantes que se encontrem no local.

03 - O juiz, em seu primeiro contato com petição inicial que discute matéria exclusivamente de direito (sendo, portanto, dispensada a instrução probatória), verifica que o pedido do autor está em divergência com o entendimento pacificado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidado pela edição de uma súmula. Nessa situação, o Código de Processo Civil determina que o magistrado

- a) determine que o autor emende a petição inicial.
- b) indefira a petição inicial.
- c) julgue liminarmente improcedente o pedido.
- d) determine a citação do réu.
- e) julgue extinto o processo sem resolução do mérito por carência da ação.

04 - São modalidades de tutela:

- I. da urgência.
- II. da evidência.
- III. antecedente.
- IV. incidental.

De acordo com o atual Código de Processo Civil, a estabilização da tutela provisória se aplica às tutelas previstas nos itens:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) II e IV, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

05 - Considere:

- I. Sentença de parcial procedência do pedido do autor.
- II. Homologação de transação entre as partes.
- III. Homologação da renúncia à pretensão formulada na ação.
- IV. Decisão que reconhece a ilegitimidade ativa do autor.
- V. Homologação de reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação.

São atos judiciais que importam em resolução do mérito e sujeitos à formação da coisa julgada material aqueles descritos nos itens:

- a) I, II, III e IV, apenas.
- b) I, II, III, IV e V.
- c) I, III e V, apenas.
- d) II, IV e V, apenas.
- e) I, II, III e V, apenas.

06 - Enquanto era menor de idade, Bruno ajuizou ação contra o seu genitor, Francisco, para a fixação de alimentos. O pedido foi acolhido, e o genitor foi condenado ao

pagamento de metade do salário mínimo a título de alimentos. Na semana passada, Bruno completou a maioridade, mas não tem renda própria e está matriculado no primeiro ano de curso de ensino superior. Nesse cenário, Francisco

a) segue com a obrigação de pagar alimentos enquanto não houver decisão de exoneração da pensão alimentícia, mas eventual inadimplemento não poderá gerar a prisão civil do alimentante, por não se tratar de alimentos devidos a incapaz.

b) está desobrigado do pagamento dos alimentos, uma vez que foram fixados diante da menoridade do alimentando, cessando de pleno direito o dever de prestar alimentos ao filho após o atingimento da maioridade, sendo irrelevante o fato de não ter renda própria e realizar curso de ensino superior.

c) segue com a obrigação de pagar alimentos enquanto não houver decisão de exoneração da pensão alimentícia, pois a maioridade não faz cessar automaticamente o dever de prestar alimentos.

d) está desobrigado do pagamento dos alimentos, uma vez que houve alteração do binômio possibilidade-necessidade, cessando de pleno direito o dever de prestar alimentos ao seu filho, cabendo a Bruno, caso queira, ajuizar nova ação com a comprovação de que ainda tem necessidade, pois está realizando curso superior.

e) segue com a obrigação de pagar alimentos enquanto Bruno não concluir seus estudos para preparação ao mercado de trabalho, perdurando a presunção absoluta de necessidade enquanto não for concluído o nível superior.

07 - Em relação à citação, é correto afirmar:

a) Para a validade do processo é imprescindível a citação do réu ou do executado, salvo nas hipóteses de deferimento da petição inicial ou de procedência liminar do pedido.

b) Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.

c) A citação será sempre pessoal, podendo ser feita por mandado a ser expedido pela Serventia ou por via postal.

d) A citação será feita inicialmente por mandado a ser cumprido pelo Oficial de Justiça; frustrado esse meio, far-se-á a citação pelo correio.

e) Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o Oficial de Justiça poderá efetuar citações, intimações e notificações, salvo penhoras e outros atos executivos, que por sua natureza exigem a expedição de carta precatória para sua realização.

08 - Quanto às provas, é correto afirmar:

- a) Na atual sistemática processual civil, não há mais fatos em cujo favor milite presunção legal de existência ou de veracidade para efeito probatório.
- b) Os fatos admitidos no processo como incontroversos dependem apenas de prova oral em audiência que os ratifique.
- c) O juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e, ainda, as regras de experiência técnica, ressalvado, quanto a estas, o exame pericial.
- d) Caberá ao juiz determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito, somente se requeridas pela parte, em obediência ao princípio dispositivo.
- e) A existência de algum fato pode ser atestada ou documentada, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião; excluem-se da ata notarial dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos.

09 - Em relação à forma, ao tempo e ao lugar dos atos processuais, considere:

I. Em regra, os atos e os termos processuais dependem de forma determinada, salvo quando a lei não a exigir, considerando-se válidos os atos realizados com essa obediência formal.

II. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

III. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais, inclusive no tocante à desistência da ação.

IV. Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.

V. Os atos processuais realizar-se-ão ordinariamente na sede do juízo, ou, excepcionalmente, em outro lugar, em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.

Está correto o que consta APENAS em

- a) II, IV e V.
- b) II, III e V.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) III, IV e V.

10 - Considere as seguintes proposições acerca das nulidades:

I. Se a parte interessada na declaração da nulidade deixar de alegá-la na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, ocorrerá a preclusão, ainda que se trate de nulidade que o juiz deva decretar de ofício.

II. Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, em feito no qual devesse intervir, o juiz deverá decretar a invalidade dos atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado; entretanto, a nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

III. A decretação da nulidade por descumprimento da forma prevista em lei poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa, mas ela responderá pelas custas do retardamento do processo, além de incorrer nas sanções previstas para a litigância de má-fé.

IV. Nos casos em que puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não deverá pronunciá-la nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

V. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade, desde que haja a concordância de todas as partes.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que consta APENAS de

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

11 - Em ação de obrigação de fazer movida pela União contra Francisco, o juiz proferiu sentença acolhendo o pedido e deferindo, no mesmo ato, a antecipação dos efeitos da tutela, para que o réu desse cumprimento à obrigação no prazo de dez dias, sob pena de multa diária. O réu então interpôs, tempestivamente, embargos de declaração, arguindo omissão da sentença acerca da ocorrência de prescrição, matéria que até então não fora suscitada no processo. Nesse caso, os embargos declaratórios

a) não são cabíveis, pois não poderia haver omissão quanto a matéria que nem mesmo fora invocada pelas partes; ainda assim, a mera interposição dos embargos suspende o prazo para a interposição do recurso de apelação, bem como a eficácia da sentença embargada.

b) não são cabíveis, pois não poderia haver omissão quanto a matéria que nem mesmo fora invocada pelas partes; ainda assim, a mera interposição dos embargos interrompe o prazo para a interposição do recurso de apelação, mas não suspende a eficácia da sentença embargada.

c) são cabíveis, pois a prescrição é matéria sobre a qual o juiz deve se pronunciar de ofício; ademais, a mera interposição dos embargos interrompe o prazo para a interposição do recurso de apelação, mas não suspende a eficácia da sentença embargada.

d) são cabíveis, pois a prescrição é matéria sobre a qual o juiz deve se pronunciar de ofício; ademais, a mera interposição dos embargos suspende o prazo para a interposição do recurso de apelação, mas não a eficácia da sentença embargada.

e) são cabíveis, pois a prescrição é matéria sobre a qual o juiz deve se pronunciar de ofício; ademais, a mera interposição dos embargos interrompe o prazo para a interposição do recurso de apelação, além de suspender a eficácia da sentença embargada.

12 - XYZ Indústria Farmacêutica S.A. ajuizou, perante a Justiça Comum, pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido pelo juiz. No curso do processo, a União compareceu nos autos informando ter interesse no feito, por ter contratado a recuperanda para o fornecimento de medicamentos em âmbito nacional, cuja interrupção comprometeria o sistema de saúde do país. Nesse caso, o processo deverá

a) ser remetido à Justiça Federal, desde que tenha havido requerimento da União nesse sentido; no entanto, caso o Juízo Federal não vislumbre interesse jurídico da União, deverá devolver o processo à Justiça Comum.

b) ser remetido à Justiça Federal, desde que tenha havido requerimento da União nesse sentido; no entanto, caso o Juízo Federal não vislumbre interesse jurídico da União, deverá suscitar conflito de competência.

c) ser remetido à Justiça Federal, independentemente de requerimento da União nesse sentido; no entanto, caso o Juízo Federal não vislumbre interesse jurídico da União, deverá devolver o processo à Justiça Comum.

d) ser remetido à Justiça Federal, independentemente de requerimento da União nesse sentido; no entanto, caso o Juízo Federal não vislumbre interesse jurídico da União, deverá suscitar conflito de competência.

e) permanecer tramitando na Justiça Comum, ainda que a União tenha expressamente requerido sua remessa à Justiça Federal.

13 - Renato ajuizou ação de cobrança contra ZWXY Construções Ltda., requerendo, na própria petição inicial, a desconsideração da sua personalidade jurídica, com a demonstração preliminar do preenchimento dos pressupostos legais específicos. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil,

a) deverá ser determinada a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, com a suspensão do processo.

b) deverá ser determinada a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, sem a suspensão do processo.

- c) dispensa-se a instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, mas o processo deverá permanecer suspenso até a decisão desse requerimento.
- d) dispensa-se a instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica e o processo não será suspenso.
- e) o requerimento deverá ser liminarmente rejeitado, pois o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica só pode ser instaurado na fase de cumprimento de sentença.

14 - Determinada autarquia federal moveu contra uma mesma associação privada duas ações distintas, com pedidos e causas de pedir diversos uma da outra, mas ambas versando sobre o mesmo bem. Os processos das ações foram distribuídos a diferentes Varas da Justiça Federal. Nesse caso,

- a) existe conexão entre os processos, que deverão ser reunidos para julgamento conjunto, ainda que um deles já tenha sido sentenciado.
- b) existe conexão entre os processos, que deverão ser reunidos para julgamento conjunto, salvo se algum deles tiver sido sentenciado.
- c) existe conexão entre os processos, mas nenhum deles poderá ser reunido ao outro, dado que distribuídos a juízos distintos.
- d) não existe conexão entre os processos, mas eles deverão ser reunidos para julgamento conjunto, caso exista o risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, salvo se um deles já houver sido sentenciado.
- e) como não existe conexão entre os processos, eles não poderão ser reunidos para julgamento conjunto em nenhuma hipótese.

15 - De acordo com o Código de Processo Civil, a carta precatória

- a) deverá ser instruída com as cópias necessárias à realização do ato deprecado, vedada, em qualquer hipótese, a remessa de documento original.
- b) tem caráter itinerante, podendo, mesmo antes de lhe ser ordenado o cumprimento, ser encaminhada a juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato.
- c) será expedida, preferencialmente, por meio físico, salvo quando enviada a órgão jurisdicional integrante do mesmo tribunal, caso em que adotará preferencialmente o meio eletrônico.
- d) não poderá, em nenhuma hipótese, ter seu cumprimento recusado pelo juízo deprecado, sob pena de, assim o fazendo, incorrer em responsabilidade funcional.
- e) deverá ser transmitida por correio, malote, pela internet ou por qualquer outro meio idôneo que garanta a aferição da sua autenticidade, sendo vedada a transmissão por telefone.

16 - Na audiência de instrução e julgamento, o juiz

- a) exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe ordenar que se retirem da sala de audiência quaisquer pessoas que se comportarem inconvenientemente.
- b) só deverá tentar conciliar as partes se não tiver havido prévia audiência de conciliação, ou se alguma delas informar, por ocasião da abertura dos trabalhos, que pretende formular proposta de acordo.
- c) somente poderá proferir sentença se todas as partes e o Ministério Público, nos feitos dos quais participar, concordarem em apresentar suas alegações finais oralmente ou dispensarem a sua apresentação.
- d) não poderá obstar os advogados ou o Ministério Público de intervir ou apartear enquanto depuserem as testemunhas, ainda que sem a sua licença.
- e) poderá, independentemente da concordância das partes, cindir a produção da prova oral, tomando o depoimento das testemunhas presentes e designando outra data para a oitiva das ausentes.

17 - Segundo o Código de Processo Civil, é possível estabelecer calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso. Esse calendário será fixado de comum acordo entre

- a) as partes, independentemente da concordância do juiz, que ficará obrigado a observar os prazos e datas nele estabelecidos, inclusive no tocante à realização das audiências ou outros atos que demandem a sua presidência.
- b) as partes, independentemente da concordância do juiz, que ficará obrigado a observar os prazos e datas nele estabelecidos, exceto no tocante à realização das audiências ou outros atos que demandem a sua presidência, os quais serão designados conforme a disponibilidade da pauta.
- c) as partes e o juiz, que ficará obrigado a observar os prazos nele estabelecidos, inclusive para a prolação das decisões, os quais somente poderão ser modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.
- d) as partes e o juiz, que ficará obrigado a observar os prazos nele estabelecidos, inclusive para a prolação das decisões, salvo se inferiores àqueles dispostos em lei.
- e) as partes e o juiz, que não poderá, em nenhuma hipótese, modificar os prazos nele estabelecidos, salvo expressa concordância de todos os litigantes.

18 - De acordo com o Código de Processo Civil, aos auxiliares da justiça,

- a) inclusive ao oficial de justiça, aplicam-se, no que couber, os motivos de impedimento e de suspeição previstos para o juiz.

b) com exceção do perito, aplicam-se, no que couber, os motivos de impedimento previstos para o juiz, mas não os de suspeição.

c) com exceção do oficial de justiça, do perito e do chefe de secretaria, não se aplicam os motivos de impedimento ou suspeição previstos para o juiz.

d) com exceção do mediador, aplicam-se, no que couber, os motivos de impedimento e de suspeição previstos para o juiz.

e) com exceção do perito, não se aplicam os motivos de suspeição previstos para o juiz, mas outros estabelecidos especificamente segundo a função que exercem no processo.

19 - De acordo com a Lei nº 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, com algumas exceções. NÃO são excluídas da competência do Juizado Especial Federal Cível as ações

a) de mandado de segurança.

b) que versarem sobre bens imóveis da União.

c) que versarem sobre direitos ou interesses difusos.

d) de desapropriação de bens móveis.

e) para a anulação de lançamento fiscal.

20 - De acordo com o Código de Processo Civil, o pedido de cooperação jurisdicional, no âmbito nacional,

a) exige forma prevista em lei, podendo ser executado como atos concertados entre os juízes cooperantes.

b) exige forma prevista em lei, podendo ser executado como prestação de informações.

c) exige forma prevista em lei, podendo ser executado como reunião de processos.

d) prescinde de forma específica, podendo ser executado como auxílio direto.

e) prescinde de forma específica, desde que realizado entre órgãos jurisdicionais do mesmo ramo do Poder Judiciário.

21 - Considere os enunciados quanto ao cumprimento da sentença:

I. O cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á de ofício ou a requerimento do exequente.

II. Quando o Juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o cumprimento da sentença dependerá de demonstração de que se realizou a condição ou de que ocorreu o termo.

III. A autocomposição judicial, no cumprimento da sentença, pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.

IV. A decisão judicial, desde que pendente de recurso recebido somente no efeito devolutivo, poderá ser levada a protesto nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I e IV.
- d) III e IV.
- e) I, II e III.

22 - Nos Juizados Especiais Cíveis

- a) cabem recursos de suas sentenças a serem recebidos no efeito devolutivo e suspensivo como regra geral, não havendo assim execução provisória do julgado.
- b) não se admite, em seus processos, qualquer forma de intervenção de terceiro, assistência ou litisconsórcio.
- c) só se admitem ações possessórias sobre bens móveis, mas não sobre bens imóveis.
- d) em seus processos o mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.
- e) a prova oral será produzida na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requerida previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir o que considerar excessivo, impertinente ou protelatório.

23 - Quanto aos requisitos e efeitos da sentença,

- a) uma vez publicada, só poderá ser alterada por meio de embargos de declaração.
- b) a decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação pecuniária e em obrigação de fazer ou não fazer valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária, salvo se a condenação for genérica.
- c) no caso de colisão entre normas, ao ser proferida decisão, o Juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.
- d) é defeso ao Juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior à pleiteada, podendo, porém, a condenação, referir-se a objeto diverso se ao Juiz parecer compatível e adequado à natureza da causa.
- e) a decisão deve ser certa, salvo se resolver relação jurídica condicional.

24 - Quanto aos princípios gerais e às modalidades de provas no Processo Civil,

- a) a existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados mediante ata lavrada por tabelião, salvo em relação a dados relativos a imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos.
- b) a produção antecipada da prova previne a competência do Juízo para a ação que venha a ser proposta.
- c) quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, somente prova pericial pode suprir-lhe a falta.
- d) a confissão judicial pode ser espontânea ou provocada; se espontânea, só pode ser feita pela própria parte.
- e) o documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular.

25 - Considere os enunciados seguintes, referentes à petição inicial:

I. Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.

II. O pedido deve ser determinado, sendo lícito porém formular pedido genérico somente se não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato, ou ainda, nas ações universais, se o autor não puder individualizar os bens demandados.

III. É lícita a cumulação em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão ou continência.

IV. Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e III.
- d) I e IV.
- e) I, III e IV.

26 - O erro de forma do processo

- a) acarreta a ineficácia de todos os atos processuais, que deverão ser repetidos de acordo com a forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
- c) não acarreta consequência processual alguma, devendo prevalecer os atos praticados em nome do exercício pleno e efetivo da atividade jurisdicional.
- d) acarreta a inexistência dos atos processuais cujo aproveitamento não seja possível, a serem novamente praticados em tempo razoável.
- e) é mera irregularidade, que só necessitará de ratificação ou convalidação se alguma das partes for menor ou incapaz.

27 - A tutela da evidência

- a) em nenhuma hipótese admite concessão de liminar judicial.
- b) depende de demonstração de perigo de dano iminente.
- c) depende de demonstração de risco ao resultado útil do processo.
- d) não pode ser concedida se dependente de prova documental dos fatos constitutivos do direito do autor, ainda que o réu não oponha objeção capaz de gerar dúvida razoável.
- e) será concedida, entre outras hipóteses, se se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.

28 - Quanto aos prazos,

- a) sendo a lei omissa, o prazo para a parte praticar o ato processual será sempre o de dez dias.
- b) a parte pode renunciar àqueles estabelecidos exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.
- c) quando contados em dias, estabelecidos legal ou judicialmente, computar-se-ão os dias corridos.
- d) se processuais, interrompem-se nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
- e) será considerado intempestivo o ato praticado antes de seu termo inicial, por ainda não existir, processualmente.

29 - É cabível denunciação da lide

- a) dos fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles.
- b) ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam.
- c) quando alguém pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu.
- d) para instaurar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- e) para atuar como *amicus curiae* nas hipóteses legalmente previstas.

30 - Em relação à jurisdição, é correto afirmar que

- a) ao se dizer que a lei não excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, o ordenamento jurídico processual refere-se ao princípio da indelegabilidade.
- b) à jurisdição voluntária não se aplicam as garantias fundamentais do processo, pela inexistência de lide e pela possibilidade de se julgar por equidade.
- c) viola o princípio do Juiz natural a instituição de Câmaras de Recesso nos tribunais, por julgarem em períodos nos quais, em regra, não deve haver atividade jurisdicional.
- d) só haverá atividade jurisdicional relativa à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva reguladas em lei.
- e) por ter natureza jurisdicional, a arbitragem pode tutelar quaisquer direitos, patrimoniais ou imateriais, disponíveis ou não.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

01 - Acerca do sistema recursal brasileiro,

- a) diante do princípio da taxatividade, é inaplicável no processo penal a fungibilidade recursal.
- b) o prazo para o Defensor Público recorrer de decisão judicial inicia-se da data de entrega dos autos na repartição administrativa, sendo irrelevante sua ciência em audiência.
- c) diante do princípio da obrigatoriedade, o integrante do Ministério Público é obrigado a interpor recurso contra sentença penal absolutória.
- d) o prazo para o Ministério Público opor Embargos Infringentes será de 10 dias a contar da publicação do acórdão que julgar a apelação.
- e) caberá Recurso em Sentido Estrito da decisão que conceder, negar ou revogar o livramento condicional.

02 - Conforme entendimento dos Tribunais Superiores sobre a prisão domiciliar prevista no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) É medida cautelar alternativa à prisão incompatível com a detração penal.
- b) É medida destinada apenas às mulheres presas, tendo em vista o alto número do encarceramento feminino no Brasil.
- c) É vedada quando a acusada for reincidente em crime doloso, bem como quando o crime for cometido pela mãe contra seu próprio filho.
- d) Caso haja dúvida acerca da condição de guardiã dos filhos, pode o juiz solicitar laudo social, desde que já efetive a medida em favor da mulher presa.
- e) Conforme expresso no Código de Processo Penal, pode ser decretada quando a mulher presa tenha cometido o crime de roubo, desde que primária e de bons antecedentes.

03 - São medidas cautelares diversas da prisão,

- a) o reconhecimento de pessoas e a monitoração eletrônica.
- b) o comparecimento periódico em juízo e o recurso em sentido estrito.
- c) a proibição de ausentar-se da comarca e o regime aberto.
- d) a proibição de manter contato com pessoa determinada e o interrogatório.
- e) a fiança e a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.

04 - Sobre a ação penal privada é correto afirmar que

- a) será promovida por denúncia do Ministério Público ou por requisição do Ministro da Justiça.
- b) seu exercício depende de representação do Ministério Público e aceitação da vítima.
- c) pode ser intentada tanto pelo ofendido quanto por quem tenha qualidade para representá-lo.
- d) deve ser proposta no prazo de trinta dias da descoberta do crime pelo ofendido.
- e) pode ser exercida por qualquer pessoa que saiba do crime e independe da vontade do ofendido.

05 - Mariana e Paula, sócias proprietárias da empresa "X", estão respondendo processo criminal pelo crime de apropriação indébita previdenciária (artigo 168-A, do Código Penal), pois deixaram de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal. No curso do processo, entendendo que estavam presentes todos os requisitos previstos no Código Penal, o magistrado competente concedeu o perdão judicial e julgou extintas as punibilidades de Mariana e Paula. Inconformado com a decisão, o Ministério Público poderá interpor recurso

- a) em sentido estrito, no prazo de dez dias.
- b) de apelação, no prazo de cinco dias.
- c) em sentido estrito, no prazo de cinco dias.
- d) de apelação, no prazo de dez dias.
- e) de apelação, no prazo de quinze dias.

06 - Considere os seguintes casos hipotéticos:

I. Paulo, funcionário público no exercício do seu cargo, cometeu crime de corrupção passiva ao exigir dinheiro de uma determinada pessoa para deixar de praticar determinado ato de ofício.

II. Júlio cometeu crime de cárcere privado (artigo 148, do Código Penal) ao invadir a casa da ex-namorada, que não queria reatar o relacionamento amoroso.

III. Afonso cometeu crime de roubo (artigo 157, do Código Penal) contra um hipermercado situado na cidade de São Paulo, em comparsaria com outros elementos.

IV. Manoel, funcionário público, cometeu crime de peculato após se apropriar de dinheiro de que teve a posse em razão do seu cargo.

Presentes todos os requisitos legais previstos na Lei nº 7.960/1989, que dispõe sobre a prisão temporária, o magistrado competente poderá decretar a prisão temporária de:

- a) Paulo, Júlio e Manoel, apenas.
- b) Paulo, Júlio, Afonso e Manoel.
- c) Paulo, Afonso e Manoel, apenas.
- d) Júlio e Afonso, apenas.
- e) Júlio e Manoel, apenas.

07 - Marina está respondendo, em liberdade, processo por crime de contrabando em uma das varas com competência criminal da Justiça Federal de Campo Grande/MS. No momento da sua prisão em flagrante, ao ser qualificada, Marina declarou o seu endereço residencial na Avenida Lilás, nº 1, apartamento 12, na cidade de Campo Grande, endereço esse ratificado quando da concessão do benefício da liberdade provisória pelo magistrado competente. Ao término do inquérito policial, o Ministério Público Federal denunciou Marina pelo crime do artigo 334-A, Código Penal (contrabando). A denúncia foi recebida e a ré devidamente citada para responder à ação penal, apresentando sua defesa preliminar. Após manter o recebimento da denúncia, o magistrado competente designou audiência de instrução, debates e julgamento. Expedido mandado de intimação para a audiência, Marina não é encontrada no endereço que forneceu, tendo mudado de domicílio sem comunicar o juízo. No dia da audiência Marina não compareceu ao ato processual. Nesse caso, o magistrado que preside a ação penal deverá

a) redesignar a audiência de instrução e determinar a realização de pesquisas por meio do sistema SIEL (Tribunal Regional Eleitoral) e Bacenjud, para tentar localizar e intimar pessoalmente a ré Marina.

b) redesignar a audiência de instrução e determinar a intimação de Marina por edital para a nova data que será agendada.

c) determinar a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional até a localização de Marina.

d) realizar normalmente a audiência de instrução e, posteriormente, determinar a intimação de Marina por edital para uma nova audiência de interrogatório.

e) determinar o regular prosseguimento do processo até julgamento sem a presença da acusada Marina, declarando a sua revelia.

08 - Maurilio e Pedro foram investigados pela Polícia Federal pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Encerrado e relatado o inquérito policial, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Maurilio e Pedro e apresentou requerimento ao magistrado competente para decretação das prisões preventivas dos denunciados. O magistrado, ao proferir o despacho inicial admitindo a denúncia, indeferiu o requerimento de prisão preventiva, entendendo que estavam ausentes os requisitos legais para tanto. Inconformado, o Ministério Público Federal poderá interpor

a) agravo de instrumento, no prazo de 10 dias.

b) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.

c) correição parcial, no prazo de 05 dias.

d) apelação, no prazo de 05 dias.

e) mandado de segurança, no prazo de 10 dias.

09 - Lucas está sendo processado por crime de peculato (artigo 312, do Código Penal) em uma das varas da Justiça Federal de Campo Grande, com competência criminal. Ao

término da regular instrução do feito, o Magistrado competente proferiu sentença, que condenou Lucas a cumprir pena de 04 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 10 dias-multa. Uma das teses veiculadas pelos advogados do réu, Lucas, não foi analisada na sentença proferida pelo Magistrado. Nesse caso, Lucas, por meio de seus advogados, poderá interpor embargos de declaração a partir da publicação da sentença condenatória, no prazo de

- a) 02 dias.
- b) 05 dias.
- c) 10 dias.
- d) 15 dias.
- e) 03 dias.

10 - Maurício esteve em uma festa realizada em uma casa noturna, situada na cidade de São Paulo, no dia 10 de julho de 2019. Acabou se envolvendo em uma briga e foi agredido por duas pessoas não identificadas. Maurício registrou Boletim de Ocorrência e foi submetido a exame de corpo de delito, que constatou que ele sofreu lesões corporais de natureza leve. No curso das investigações, de posse das imagens das câmeras de segurança do estabelecimento, foi possível identificar os dois agressores. Maurício compareceu ao Distrito Policial e realizou o reconhecimento pessoal dos seus agressores em 15 de agosto de 2019, os quais foram devidamente qualificados nessa data. No dia 10 de setembro de 2019, Maurício faleceu em decorrência de um infarto, deixando uma esposa, Fabíola. No caso hipotético apresentado, tratando-se de crime que se processa mediante representação do ofendido, Fabíola, na condição de cônjuge do falecido, deverá ofertar a necessária representação para ver os agressores do seu finado esposo processados criminalmente no prazo de

- a) 03 meses, contado a partir da data do óbito de Maurício.
- b) 06 meses, contado a partir do dia 10 de julho de 2019.
- c) 06 meses, contado a partir do dia 15 de agosto de 2019.
- d) 06 meses, contado a partir da data do óbito de Maurício.
- e) 03 meses, contado a partir do dia 10 de julho de 2019.

11 - Conforme dispõe o Código de Processo Penal brasileiro, a citação

- a) da vítima completará a formação do processo.
- b) será por edital, caso o réu esteja preso.
- c) será dispensada, caso o réu resida em área de risco.
- d) salvo agendamento por hora certa, a da vítima e a da testemunha, ocorrerão por edital.
- e) do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.

12 - Em matéria de competência,

- a) cabe à Justiça Estadual do local da apreensão da droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o respectivo crime de tráfico.

- b) cabe à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que indígena figure como vítima, mas não quando a ele for atribuída a autoria da infração.
- c) a conexão determina a reunião dos processos, ainda que um deles já tenha sido julgado.
- d) cabe ao Tribunal de Justiça do Estado processar e julgar o mandado de segurança contra ato do juizado especial.
- e) fica firmada em razão da entidade ou órgão ao qual apresentado o documento público falso, independentemente da qualificação do órgão expedidor.

13 - Cabível *habeas corpus* quando

- a) o processo for manifestamente nulo, mas não para o reconhecimento de extinção da punibilidade do paciente.
- b) não houver justa causa para o inquérito policial, mas não quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- c) relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada, mas não quando já proferida decisão condenatória exclusivamente a pena de multa.
- d) imposta pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.
- e) não for admitida a prestação de fiança e quando seu objeto consistir em resolução sobre o ônus das custas.

14 - No julgamento da apelação, o Tribunal

- a) pode proceder a nova definição jurídica ao fato delituoso, em virtude de circunstância elementar não contida explícita ou implicitamente na denúncia ou queixa.
- b) não fica adstrito aos fundamentos da sua interposição, ainda que se trate de recurso contra decisões do Júri.
- c) pode impor medida de segurança, ainda que só o réu tenha recorrido, desde que o tempo de sua duração não ultrapasse o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.
- d) deve determinar a prévia intimação do réu para constituir outro defensor, se aquele que o representava com exclusividade manifestar renúncia nos autos, ainda que já apresentadas as razões recursais.
- e) não pode acolher, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, dispensada, porém, prévia intimação do defensor ou publicação da pauta.

15 - Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, o

- a) Juiz deve decretar a prisão preventiva.
- b) curso do prazo prescricional ficará suspenso indeterminadamente.
- c) processo ficará suspenso pelo prazo correspondente à pena mínima cominada para a infração.
- d) Juiz deverá decretar a revelia e, após a nomeação de advogado dativo, determinar o prosseguimento do feito.
- e) Juiz pode determinar a produção das provas concretamente consideradas urgentes.

16 - O Código de Processo Penal e a Lei de Execuções Penais disciplinam a prisão em residência particular. É requisito comum a ambas as normas:

- a) ser o homem preso o único responsável pelos cuidados de criança de até 12 anos de idade.
- b) a presa ser gestante.
- c) a pessoa beneficiada ser maior de 70 anos.
- d) estar o(a) preso(a) extremamente debilitado(a) por motivo de doença grave.
- e) a prisão domiciliar substituir a prisão em regime fechado.

17 - Nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do Supremo Tribunal Federal, só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros. Durante o parto, em relação às mulheres grávidas, o uso de algemas

- a) poderá ser substituído por medicamentos que tornem inviável a fuga da mulher grávida.
- b) deverá ser justificado por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade.
- c) é vedado pelo Código de Processo Penal.
- d) não é vedado pelo Código de Processo Penal, mas não é admitido por razões humanitárias.
- e) é permitido em caso de prisão em flagrante delito ou decretada por autoridade judiciária competente.

18 - Concluído o inquérito policial com a apresentação do relatório pela autoridade de polícia judiciária, o órgão do Ministério Público constata que os fatos descritos são típicos, graves, que há indícios de autoria, rol de testemunhas, representação da autoridade policial para a decretação da prisão preventiva e que a punibilidade do investigado já estaria extinta. Considerando a regra prevista no art. 42 do Código de Processo Penal, segundo a qual "o Ministério Público não poderá desistir da ação penal", o Promotor de Justiça deverá

- a) requerer a remessa do inquérito policial ao Procurador-Geral de Justiça.
- b) requerer a manifestação da defesa sobre a extinção da punibilidade do agente.
- c) oferecer denúncia ratificando ou não a representação da autoridade policial.
- d) requerer o arquivamento do inquérito policial.
- e) oferecer denúncia e requerer a extinção da punibilidade do agente.

19 - Ao tratar da iniciativa da ação penal, o Código de Processo Penal, estabelece, como regra, que a iniciativa será do Ministério Público. Todavia, mesmo nos crimes de ação pública, por vezes, a lei exige a representação do ofendido. Declarado judicialmente ausente o ofendido, terão qualidade para representá-lo APENAS

- a) os herdeiros necessários, o curador especial ou advogado constituído.
- b) o cônjuge, ascendente ou descendente.
- c) o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- d) os sucessores ou curador.
- e) os sucessores ou tutor.

20 - A denúncia ou queixa será rejeitada quando

- a) faltar justa causa para o exercício da ação.
- b) o fato narrado evidentemente não constituir crime.
- c) estiver extinta a punibilidade do agente.
- d) for manifestamente apta.
- e) existir manifesta causa excludente da ilicitude do fato.

21 - Sobre a ação penal, é correto afirmar que

- a) a representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
- b) no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao Juiz.
- c) não se admite, em nenhuma hipótese, ação penal privada nos crimes de ação penal pública.
- d) seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será privada.
- e) o Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

22 - O Ministério Público, não se conformando com a decisão do Juiz que concedeu liberdade provisória ao réu, deverá, de acordo com o Código de Processo Penal, ingressar com a seguinte medida judicial:

- a) Recurso de Apelação.

- b) Recurso em Sentido Estrito.
- c) *Habeas Corpus*.
- d) Revisão Criminal.
- e) Embargos infringentes.

23 - Considere as seguintes hipóteses:

I. Maria, grávida, atualmente com 4 meses de gestação, é presa em flagrante por crime de tráfico de drogas.

II. Flávia, grávida, atualmente com 2 meses de gestação, é presa em flagrante por crime de roubo.

III. Ricarda, grávida, atualmente com 6 meses de gestação, é presa em flagrante por crime de lesão corporal grave praticada contra o seu filho José.

IV. Patrícia, funcionária pública, grávida e atualmente com 8 meses de gestação, é presa em flagrante por crime de peculato.

Nas audiências de custódia, realizadas dentro de 24 horas contadas a partir da prisão de cada uma das mulheres acima referidas, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Penal, sem prejuízo da análise de eventual direito das presas ao benefício da liberdade provisória, o Magistrado competente substituirá a prisão preventiva por prisão domiciliar APENAS em

- a) I e IV.
- b) I, III e IV.
- c) III.
- d) II e III.
- e) II.

24 - Breno está sendo processado por crime de furto cometido contra uma empresa pública federal situada na cidade de Porto Alegre, cujo processo tramita regularmente em uma das varas da Justiça Federal de Porto Alegre. No curso do processo o Magistrado competente julgou extinta a punibilidade de Breno após reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal. Inconformado, o Ministério Público Federal poderá apresentar ao E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região recurso

- a) em sentido estrito, no prazo de cinco dias.
- b) de apelação, no prazo de dez dias.
- c) em sentido estrito, no prazo de dez dias.
- d) de apelação, no prazo de cinco dias.
- e) de apelação, no prazo de quinze dias.

25 - Ronaldo, mediante seu advogado José, apresenta queixa-crime contra Silvana, Fábio e Rodrigo, imputando-lhes os crimes de calúnia e difamação. Sobre o caso hipotético apresentado e a queixa-crime, nos crimes de ação penal privada, nos moldes estabelecidos pelo Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:

- a) O perdão concedido por Ronaldo à querelada Silvana a todos aproveitará, ainda que recusado por Fábio e Rodrigo.
- b) O Ministério Público poderá aditar a queixa-crime, no prazo de 03 dias, contados do recebimento dos autos, e deverá intervir em todos os termos subsequentes do processo.
- c) Se a uma quarta pessoa for imputado o mesmo crime de Silvana, Fábio e Rodrigo, o Ministério Público deverá zelar pela indivisibilidade da ação penal, obrigando o querelante Ronaldo ao processamento de todos.
- d) Estará perempta a ação penal privada iniciada por queixa-crime apresentada por Ronaldo se este deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
- e) José, advogado de Ronaldo, para ajuizar a ação penal privada, deverá estar munido de procuração com poderes especiais, constando, em regra, o nome do querelante e a menção do fato criminoso.

26 - No dia 20 de Janeiro de 2019, durante a madrugada, um hipermercado situado na cidade de Curitiba foi roubado por cinco indivíduos armados. No curso da investigação a autoridade policial identificou Manuel e Joaquim, ambos atualmente em local incerto e não sabido, como sendo dois dos cinco roubadores. Imediatamente a Autoridade Policial encaminhou representação ao juízo competente para decretação das prisões temporárias de Manuel e Joaquim, alegando ser imprescindível para as investigações do inquérito policial. Nesse caso, o Magistrado, ao se defrontar com a representação veiculada pela autoridade policial,

- a) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 10 (dez) dias, sem possibilidade de prorrogação.
- b) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 5 (cinco) dias, sem possibilidade de prorrogação.
- c) não poderá decretar as prisões temporárias, uma vez que compete exclusivamente ao Ministério Público apresentar a necessária representação.
- d) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- e) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

27 - Ricardo está sendo processado por crime de furto, praticado contra uma empresa pública federal, cujo processo tramita em uma das varas federais, com competência criminal, de Porto Alegre-RS. No curso do processo, o advogado constituído de Ricardo apresentou pedido ao Magistrado que preside o feito para reconhecimento da prescrição e conseqüente extinção da punibilidade do réu (Ricardo). O pedido é indeferido pelo

Magistrado. Nesse caso, nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, o advogado de Ricardo poderá interpor recurso

- a) em sentido estrito, no prazo de 10 dias.
- b) de apelação, no prazo de 5 dias.
- c) em sentido estrito, no prazo de 5 dias.
- d) de apelação, no prazo de 10 dias.
- e) de apelação, no prazo de 15 dias.

28 - Após atender uma mulher vítima de violência doméstica, o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública de São Paulo solicita a instauração de inquérito policial e passa a acompanhar, para garantia dos direitos da ofendida, a correspondente ação penal. Ao ser citado, o suposto ofensor – um empresário com renda mensal de R\$ 10 mil – se recusa a constituir advogado de sua confiança. Ao ser intimado para a defesa do acusado, o Defensor Público que atua na Vara de Violência Doméstica e Familiar, com atribuição de defesa criminal, deverá adotar a seguinte providência:

- a) Promover a defesa criminal do acusado e, ao final, pleitear o arbitramento de honorários advocatícios.
- b) Assumir a defesa do acusado e oficiar ao Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres para deixar de patrocinar os interesses da vítima, em razão da priorização da defesa do acusado na área criminal.
- c) Declinar da defesa criminal, visto que a vítima já está sendo patrocinada pela Defensoria Pública.
- d) Declinar da defesa criminal, visto que o acusado não é pessoa necessitada.
- e) Promover, se necessário, as medidas de urgência em favor do acusado no prazo de até 10 (dez) dias e declinar de sua defesa.

29 - O artigo 260 do Código de Processo Penal prevê que:

Se o acusado não atender à intimação para o Interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo a sua presença.

Sobre a aplicação do disposto nesse artigo, para o ato de interrogatório, é correto dizer que a condução coercitiva

- a) foi recepcionada pela Constituição de 1988, sendo importante instrumento de política criminal, para assegurar a instrução criminal, evitando que os imputados estabeleçam versões concatenadas dos fatos.
- b) é constitucional e não viola qualquer direito fundamental.

- c) é legítima apenas quando o investigado não tiver atendido, injustificadamente, prévia intimação.
- d) é válida, quando ocorrer em substituição à medida mais grave, como a prisão preventiva ou temporária.
- e) não foi recepcionada pela Constituição de 1988, pois representa restrição à liberdade de locomoção e viola a presunção de não culpabilidade.

30 - Nas condenações de processos do rito do Tribunal do Júri,

- a) é possível ajuizar revisão criminal somente se houver nulidade posterior à pronúncia, sendo que, neste caso, o julgamento deve ser refeito.
- b) não é possível ajuizar revisão criminal em razão do princípio *in dubio pro societate*.
- c) não é possível ajuizar revisão criminal em razão do princípio da soberania dos veredictos.
- d) é possível ajuizar revisão criminal em qualquer das hipóteses do art. 621 do CPP.
- e) é possível ajuizar revisão criminal somente para se corrigir injustiça na aplicação da pena, uma vez que essa matéria é de competência do Juiz-Presidente, sendo que, neste caso, o Próprio Tribunal pode rever a pena.

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

01 - À pessoa com deficiência é assegurado, conforme previsão expressa do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o direito

- a) à permanência de um acompanhante em tempo integral durante período de internação, devendo a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para acomodá-lo.
- b) a benefício previdenciário de pelo menos meio salário-mínimo nas deficiências transitórias e um salário-mínimo nas deficiências permanentes.
- c) a bolsas de estudo subsidiadas em universidades privadas e à reserva de 5% das vagas em universidades públicas, sem prejuízo da aferição de critérios mínimos de mérito acadêmico.
- d) de redução de até um terço da pena para o preso com deficiência que cumpra pena privativa de liberdade em local sem acessibilidade.
- e) à prioridade no recebimento de precatórios e na tramitação de processos judiciais e administrativos em que seja requerente ou interessado.

02 - Nos termos da Lei nº 10.098/2000, a Administração pública federal

- a) direta e indireta destinará, semestralmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.
- b) direta, apenas, destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.
- c) direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.
- d) direta, apenas, destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade, excluídos aqueles que estejam sob sua administração ou uso, competindo, nesse caso, ao proprietário zelar pelas normas de acessibilidade.
- e) direta e indireta destinará, semestralmente, dotação orçamentária para as adaptações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade, excluídos aqueles que estejam sob sua administração ou uso, competindo, nesse caso, ao proprietário zelar pelas normas de acessibilidade.

03 - Nos termos da Lei nº 13.146/2015, especificamente no que concerne ao direito à saúde da pessoa com deficiência, quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência,

- a) não será prestado atendimento fora de domicílio.
- b) será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.
- c) será prestado atendimento fora de domicílio, para fim exclusivo de tratamento e desde que se trate de situação emergencial, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência, excluído seu acompanhante, que deverá arcar com suas próprias expensas.
- d) será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e tratamento, garantida somente a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.
- e) será prestado atendimento fora de domicílio, para fim exclusivo de tratamento e desde que se trate de situação emergencial, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.

04 - Considere as assertivas abaixo.

I. A exigência de elevador adaptado é obrigatória para todos os edifícios de uso privado destinados às habitações unifamiliares.

II . Uma vez cumprida a exigência de elevador adaptado, não é necessário que os demais elementos de uso comum do edifício também atendam requisitos de acessibilidade.

III . A exigência de elevador adaptado aplica-se, em regra, a edifícios de uso privado a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso.

IV . Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão conter, dentre outros requisitos, percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos.

No que concerne à acessibilidade nos edifícios de uso privado, prevista na Lei nº 10.098/2000, está correto o que consta A PENAS de

- a) II e III .
- b) III e IV.
- c) I e IV.
- d) I e II.
- e) I, III e IV.

05 - Maria é pessoa com deficiência, em situação de dependência que não dispõe de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados. Nos termos da Lei no 13.146/2015, Maria tem direito à moradia digna

- a) em residência inclusiva
- b) em moradia para a vida independente, exclusivamente.
- c) obrigatoriamente no seio de sua família natural.
- d) obrigatoriamente no seio de família substituta.
- e) em qualquer residência, desde que a proteção integral em qualquer modalidade de residência seja prestada no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde) e não do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

06 - De acordo com a Lei nº 13.146/2015, o processo de habilitação e reabilitação é um direito da pessoa com deficiência e baseia-se em avaliação multidisciplinar das necessidades, habilidades e potencialidades de cada pessoa, observada, dentre outras, a seguinte diretriz:

- a) adoção de medidas para compensar perda ou limitação funcional, buscando o desenvolvimento de aptidões.
- b) diagnóstico precoce e intervenção tardia.
- c) oferta de rede de serviços desarticulados, com atuação intrasetorial, nos diferentes níveis de complexidade, para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência.
- d) prestação de serviços próximo ao domicílio da pessoa com deficiência, exceto na zona rural, respeitadas a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) nos territórios locais e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS).
- e) atuação provisória e integrada de políticas públicas que possibilitem a plena participação social da pessoa com deficiência.

07 - Considere a seguinte situação hipotética: em 2018, determinada empresa concessionária de serviço de transporte coletivo não reservou assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo, razão pela qual foi multada, nos termos da Lei nº 10.048/2000. Em 2019, a empresa praticou a mesma infração, uma vez que alguns veículos de sua frota desrespeitaram a norma supracitada. Nos termos da Lei nº 10.048/2000, a empresa estará sujeita, por cada veículo que descumpriu a norma legal, ao pagamento de multa de

- a) R\$ 500 00 a R\$ 2.500 00.
- b) R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00.
- c) R\$ 250 00 a R\$ 1.500, 00.
- d) R\$ 500 00 a R\$ 2.000 00.
- e) R\$ 250 00 a R\$ 2.500 00.

08 - Em uma situação hipotética, a Prefeitura de São Paulo realizará evento comemorativo em praça pública para homenagear importante data para a cidade. Para a realização do evento, serão disponibilizados 30 banheiros químicos. Nos termos da Lei nº 10.098/2000, o evento deverá contar com banheiros químicos acessíveis às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em número mínimo de

- a) 3
- b) 9.
- c) 6
- d) 1
- e) 2.

09 - José é pessoa com deficiência e está internado em hospital público para tratamento de determinada doença. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, José tem direito

- a) apenas a acompanhante, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência por, no máximo, doze horas.
- b) a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.
- c) a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência por, no máximo, quinze horas.
- d) apenas a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência por, no máximo, doze horas.
- e) apenas a acompanhante, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência por, no máximo, quinze horas.

10 - Considerando o direito à igualdade de oportunidades e o direito à não discriminação, é correto afirmar que a pessoa com deficiência

- a) não sofrerá limitação aos seus direitos sexuais, mas não conservará amplamente seus direitos reprodutivos.
- b) não será necessariamente curatelada, mas não poderá ser curadora de outra pessoa.
- c) poderá casar-se, mas não lhe será reconhecida união estável.
- d) será contemplada com ações afirmativas, mas não está obrigada à fruição de benefícios delas decorrentes.
- e) poderá ser adotada, mas não poderá adotar.

11 - Constitui atendimento prioritário previsto expressamente no Estatuto da Pessoa com Deficiência:

- a) Ser atendido em instituições bancárias dentro do período máximo de quinze minutos.
- b) Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- c) Disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento mais vantajoso em relação às demais pessoas.
- d) Receber condição preferencial quando contratar com o Poder Público.
- e) Receber, sem qualquer custo pessoal, auxílio de cão guia.

12 - A tecnologia assistiva é aquela que

- a) combate formas de tratamento pelo Poder Público que causem manutenção ou agravamento da dependência da pessoa com deficiência exclusivamente na área da educação.
- b) garante à pessoa com deficiência profissional que a assista em situações de dependência severa.
- c) engloba recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços com o objetivo de ampliar a participação de pessoas com deficiência.
- d) garante à pessoa com deficiência o recebimento de restituição do imposto de renda com prioridade.
- e) engloba a proteção e socorro às pessoas com deficiência, em qualquer circunstância.

13 - A respeito do acesso à informação e à comunicação da pessoa com deficiência, é correto afirmar que, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência,

- a) telecentros comunitários que receberem recursos públicos federais para seu custeio ou sua instalação devem possuir equipamentos e instalações acessíveis, não se estendendo tal obrigação legal às *lan houses*.
- b) os fornecedores devem disponibilizar, mediante solicitação, exemplares de bulas, prospectos, textos ou qualquer outro tipo de material de divulgação em formato acessível.

- c) considera-se barreira atitudinal formato não acessível de arquivos digitais, ou seja, que não podem ser reconhecidos e acessados por *softwares* leitores de telas ou outras tecnologias assistivas.
- d) por expressa disposição legal, cabe à iniciativa privada incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel com acessibilidade que permita a indicação e ampliação sonoras de todas as operações e funções disponíveis.
- e) é obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou no exterior ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência.

14 - A tecnologia assistiva é aquela que

- a) combate formas de tratamento pelo Poder Público que causem manutenção ou agravamento da dependência da pessoa com deficiência exclusivamente na área da educação.
- b) garante à pessoa com deficiência profissional que a assista em situações de dependência severa.
- c) engloba recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços com o objetivo de ampliar a participação de pessoas com deficiência.
- d) garante à pessoa com deficiência o recebimento de restituição do imposto de renda com prioridade.
- e) engloba a proteção e socorro às pessoas com deficiência, em qualquer circunstância.

15 - Artur, com 8 anos, tem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e está matriculado no ensino fundamental em classe comum de ensino regular, no modelo de educação inclusiva. Insatisfeito com o atendimento que lhe é ofertado Artur, por seu representante legal, pode postular em face do poder público, comprovada a necessidade e porque expressamente previsto em lei federal e seu decreto regulamentador, que

- a) Artur seja atendido em escola especializada na educação de crianças com TEA ou, na sua ausência, em escola especial para pessoas com deficiência.
- b) a escola disponibilize para Artur acompanhante especializado no contexto escolar, apto a lhe oferecer apoio, entre outras, às atividades de comunicação e interação social.
- c) a classe comum onde Artur está matriculado não ultrapasse o limite máximo de vinte alunos.
- d) seja disponibilizado um professor auxiliar para ajudar o professor regente da classe comum de ensino regular onde Artur se encontra matriculado.

e) a escola elabore e execute um plano individualizado de atendimento a Artur no contexto escolar que contemple simultaneamente suas demandas de natureza pedagógica e terapêutica.

16 - A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. No que se refere às mudanças na concepção civilista sobre a capacidade legal da pessoa com deficiência, a LBI

a) determinou que a curatela afetará não só os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, mas também, e principalmente, sua capacidade de escolha.

b) requalificou a medida de proteção por meio da curatela e criou nova salvaguarda com a tomada de decisão apoiada.

c) dispôs que, no caso de pessoa em situação de institucionalização, o juiz deve designar como curador o diretor da instituição.

d) instituiu que é obrigatório à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.

e) dispôs que, no processo judicial de tomada de decisão apoiada, devem participar somente as duas pessoas indicadas como apoiadoras e o juiz, assistido por uma equipe multidisciplinar.

17 - O Ministério Público é parte legítima para a defesa dos interesses coletivos *lato sensu* das pessoas com deficiência, quando violado o direito à moradia que possuem, pois

a) não se está diante de violação a interesse coletivo *lato sensu*.

b) nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável legal goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado, dentre outros requisitos, o percentual de 3% das unidades.

c) nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável legal goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado, dentre outros requisitos, o percentual de 5% das unidades.

d) nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável legal não goza de prioridade na aquisição de imóvel.

e) nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável legal goza de prioridade na aquisição de imóvel, mas inexistente previsão legal para a reserva de unidades.

18 - Maria é pessoa com deficiência e estuda em uma instituição pública de ensino. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, especificamente no que concerne ao direito à educação da pessoa com deficiência, a articulação intersetorial na implementação de políticas públicas constitui medida

a) facultativa apenas às instituições privadas de nível superior de ensino.

b) obrigatória apenas para as instituições públicas de ensino.

c) obrigatória apenas para as instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino.

d) facultativa tanto para as instituições públicas de ensino, quanto para as instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino.

e) obrigatória tanto para as instituições públicas de ensino, quanto para as instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino.

19 - A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. De acordo com o texto legal, considere as seguintes definições:

I. Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

II. Pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

III. Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A nomenclatura das definições que corresponde corretamente à ordem apresentada é:

- a) I - Barreiras
II - Pessoa com deficiência
III - Acessibilidade

- b) I - Barreiras
II - Pessoa com mobilidade reduzida
III - Acessibilidade
- c) I - Barreiras
II - Acessibilidade
III - Pessoa com mobilidade reduzida
- d) I - Elemento de urbanização
II - Pessoa com deficiência
III - Acessibilidade
- e) I - Elemento de urbanização
II - Pessoa com mobilidade reduzida
III - Acessibilidade

20 - Conforme preceitua a Lei nº 13.146/2015, nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas determinadas medidas destinadas às pessoas com deficiência, dentre elas, a dilação de tempo. Referida dilação de tempo

- a) é empregada apenas nas instituições públicas, uma vez que as instituições privadas não estão obrigadas a aplicarem tal medida, desde que utilizem critérios de seleção apropriados à pessoa com deficiência.
- b) será igual a todos os candidatos com deficiência, sendo desconsiderada, portanto, a demanda apresentada por cada candidato com deficiência.
- c) aplica-se somente na realização do exame para seleção.
- d) não exige prévia solicitação do candidato, bastando a comprovação da deficiência para sua aplicação.
- e) exige, para sua aplicação, prévia solicitação do candidato e comprovação da necessidade.

21 - Determinado município brasileiro decretou estado de calamidade pública, em razão de desastres ocasionados por fortes chuvas na região. Clara é pessoa com deficiência e vive no citado município há vinte anos. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, Clara

- a) não será considerada vulnerável em razão do estado de calamidade pública, mas o poder público deverá adotar medidas para sua proteção e segurança.
- b) será considerada vulnerável em razão do estado de calamidade pública, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança.

c) será considerada vulnerável em razão do estado de calamidade pública, devendo o poder público adotar medidas apenas para sua proteção.

d) não será considerada vulnerável, pois apenas em situações de risco e de emergência é que isso ocorre, não cabendo, portanto, qualquer medida por parte do poder público.

e) será sempre considerada vulnerável, independentemente do estado de calamidade pública ou de qualquer outra situação, devendo o poder público, em todas as circunstâncias, adotar medidas para sua proteção e segurança.

22 - Considere a seguinte situação hipotética: José é pessoa com deficiência e possui imóvel para moradia própria, adquirido através de programa habitacional público. Posteriormente, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul lançou programa habitacional, com 300 (trezentas) unidades residenciais. José, interessado no programa, vendeu seu imóvel, pretendendo adquirir um novo, também para fins de moradia própria. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, José

a) goza de prioridade na aquisição do novo imóvel, devendo ser reservadas, no mínimo, 3 (três) unidades residenciais para as pessoas com deficiência.

b) goza de prioridade na aquisição do novo imóvel, devendo ser reservadas, no mínimo, 9 (nove) unidades residenciais para as pessoas com deficiência.

c) não goza de prioridade na aquisição do novo imóvel, pois tal prioridade só é reconhecida à pessoa com deficiência beneficiária apenas uma vez.

d) não goza de prioridade na aquisição do novo imóvel, pois inexistente prioridade para as pessoas com deficiência adquirirem imóveis; o que existe é apenas a reserva de unidades destinadas a tais pessoas.

e) goza de prioridade na aquisição do novo imóvel, devendo ser reservadas, no mínimo, 10 (dez) unidades residenciais para as pessoas com deficiência.

23 - Raquel, pessoa com deficiência, foi ao cinema junto com sua acompanhante. Vale salientar que nos cinemas são reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência. A propósito do tema e de acordo com a Lei nº 13.146/2015, os espaços e assentos do cinema destinados à pessoa com deficiência devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em

a) alguns setores específicos, distante dos corredores, devidamente sinalizados, adotando-se áreas segregadas de público e evitando a obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

b) alguns setores específicos, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, adotando-se áreas segregadas de público e evitando a obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

c) alguns setores específicos, distante dos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

d) todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, adotando-se áreas segregadas de público e evitando a obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

e) todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

24 - Considere:

I. Pessoa que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação temporária é considerada pessoa com mobilidade reduzida.

II. As barreiras urbanísticas são aquelas existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

III. A concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva, denomina-se ajuda técnica.

IV. O Programa Nacional de Acessibilidade foi instituído no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, com dotação orçamentária específica.

Nos termos da Lei nº 10.098/2000, está correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I, II e IV.
- c) III e IV.
- d) I e II.
- e) II, III e IV.

25 - Manuel é pessoa com deficiência visual e, ao tentar atravessar determinada via pública de grande circulação, notou que o semáforo para pedestres instalado em tal via não apresentava condições necessárias para que pudesse atravessá-la com segurança. Nos termos da Lei nº 10.098/2000, o referido semáforo deveria

a) estar equipado com mecanismo que emita sinal sonoro suave ou com mecanismo alternativo.

b) obrigatoriamente estar equipado com mecanismo que emita sinal sonoro suave para orientação do pedestre.

- c) obrigatoriamente estar equipado com mecanismo alternativo para orientação do pedestre, estando excluída, na hipótese narrada, a exigência de mecanismo que emita sinal sonoro.
- d) obrigatoriamente estar equipado com mecanismo que emita sinal sonoro intermitente e estridente para orientação do pedestre.
- e) estar equipado com mecanismo que emita sinal sonoro intermitente e estridente ou com mecanismo alternativo.

26 - Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a exigência obrigatória de nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras destina-se aos Tradutores e Intérpretes de Libras atuantes

- a) nos cursos de graduação e pós-graduação.
- b) na educação básica.
- c) em todos os níveis de escolaridade.
- d) nos cursos de pós-graduação apenas.
- e) nos cursos de graduação apenas, pois para a pós-graduação são exigidos requisitos curriculares adicionais a tais profissionais.

27 - João é pessoa com deficiência e pretende passar férias com seus amigos em um bonito hotel localizado no estado do Paraná. Referido hotel foi construído em 2010 e possui 150 dormitórios. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, o hotel deverá disponibilizar, pelo menos,

- a) 2 dormitórios acessíveis.
- b) 10 dormitórios acessíveis.
- c) 15 dormitórios acessíveis.
- d) 5 dormitórios acessíveis.
- e) 7 dormitórios acessíveis.

28 - Nos termos da Lei nº 10.098/2000, o passeio público

- a) não faz parte da via pública.
- b) está sempre no mesmo nível da via pública.
- c) destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, não podendo ter qualquer outra destinação.
- d) é elemento obrigatório de urbanização.
- e) é considerado um mobiliário urbano.

29 - De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), do direito à saúde, é correto afirmar:

- a) As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar diagnóstico e intervenção precoces, serviços de habilitação e de reabilitação

sempre que necessários, atendimento domiciliar multidisciplinar, tratamento ambulatorial e internação.

b) Atendimento psicológico, com exceção de seus familiares e atendentes pessoais, atenção sexual e reprodutiva respeito à especificidade, à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência.

c) As operadoras de planos e seguros privados de saúde não são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.

d) Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, não será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento.

e) À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, porém na impossibilidade de permanência do acompanhante, o familiar deve se responsabilizar por adequar o serviço.

30 - De acordo com as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida,

a) o tratamento diferenciado inclui assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis, mas não obrigatoriamente adaptado à sua altura.

b) qualquer pessoa pode prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas.

c) nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, a prioridade fica condicionada à avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender.

d) não é obrigatória sinalização ambiental para orientação das pessoas com qualquer tipo de deficiência ou com mobilidade reduzida.

e) os órgãos, empresas e instituições não têm obrigatoriedade de possuir, pelo menos, um telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas portadoras de deficiência auditiva.

PORTUGUÊS

01 - III esperança da admiração pública”, observa Adam Smith, “todos os demais prazeres esmaecem e definham.”

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. Trópicos utópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 85)

Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas I, II e III do texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- a) Àqueles – à – a
- b) Aqueles – à – à
- c) Àqueles – a – a
- d) Aqueles – à – a
- e) Àqueles – à – à

Em entrevista, na sede de sua empresa em Campinas (SP), o empresário César Gon fala sobre os desafios que as empresas do século XX enfrentam no século XXI.

As empresas do século XX precisam se adaptar ao ambiente digital?

Não dá para competir no mundo moderno sem que o software e a informação sejam o coração do seu negócio. Mas é preciso ir além da tecnologia e fomentar uma mudança de cultura e no modo de pensar. A competição entre as empresas no século XXI está obsessivamente focada na velocidade com que, a partir da análise de dados, entendemos e surpreendemos o cliente. Mas as grandes corporações são lentas por natureza e não estão preparadas para enfrentar essa realidade. Elas olham para o lado e encontram empresas que já nasceram no ambiente digital e são muito mais rápidas.

Além da adaptação a novas tecnologias, seria também preciso firmar uma nova relação com os consumidores?

Sem dúvida. A forma como nos relacionamos com as marcas é radicalmente diferente de 10 anos atrás. Nosso desejo é mais volátil, temos menos apego à tradição. Queremos saber se aquela marca resolve nossos problemas, se nos trata de maneira única.

(Adaptado de: entrevista de VASCONCELLOS, Yuri. Disponível em: revistapesquisa.fapesp.br)

[A]s grandes corporações são lentas por natureza e não estão preparadas para enfrentar essa realidade. (3º parágrafo)

02 - No contexto, uma nova redação para o trecho acima, em que se mantêm a correção e a lógica, está em:

- a) A despeito de serem lentas por natureza, as grandes corporações não estão preparadas para enfrentar essa realidade.
- b) Como são lentas por natureza, as grandes corporações não estão preparadas para enfrentar essa realidade.
- c) As grandes corporações, não estão preparadas para enfrentar essa realidade ainda que sejam lentas por natureza.
- d) As grandes corporações que são lentas por natureza, mesmo assim, não estão preparadas para enfrentar essa realidade.

e) Mesmo que não estivessem preparadas para enfrentar essa realidade, as grandes corporações são lentas por natureza.

A atual revolução tecnológica lança, a cada ano, novas formas de leitura, mudando não só o modo como a literatura é distribuída, mas também como é escrita, à medida que os autores se ajustam a essas novas realidades. Ao mesmo tempo, alguns dos termos que começamos a usar recentemente parecem momentos anteriores da longa história da literatura.

Hoje, muitos já leem em uma tela. No dispositivo, o leitor irá virar páginas ou rolar um texto. Dois milênios após o rolo de papiro ter dado lugar ao livro de pergaminho, esse movimento de rolagem voltou, visto que a infundável sequência de palavras armazenadas pelos computadores está mais próxima de um pergaminho do que de páginas separadas. E, como os antigos escribas, mais uma vez nos sentamos curvados sobre “tabletas”. A narração oral também retornou. Como bem se sabe, palavras “escritas” podem ser apenas ouvidas em um dispositivo de áudio.

Mas a revolução tecnológica por si só não assegura o futuro da literatura. A única garantia de sobrevivência de uma obra é o uso contínuo: um texto precisa permanecer relevante o suficiente e ser lido, traduzido, transcrito e transcodificado pelas gerações futuras para persistir ao longo do tempo.

(Adaptado de: PUCHNER, Martin. O mundo da escrita. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, edição digital)

03 - No contexto, o segmento

a) palavras “escritas” podem ser apenas ouvidas em um dispositivo de áudio (2º parágrafo) é uma comprovação de que os dispositivos eletrônicos asseguram a permanência da literatura.

b) à medida que os autores se ajustam a essas novas realidades (1 parágrafo) é uma alusão a dificuldades impostas pelas novas tecnologias de escrita.

c) para persistir ao longo do tempo (3º parágrafo) assinala noção de conformidade.

d) mais uma vez nos sentamos curvados sobre “tabletas” (2º parágrafo) expressa uma ironia a respeito do caráter pouco inovador das tecnologias de leitura.

e) A única garantia de sobrevivência de uma obra é o uso contínuo (3º parágrafo) exprime uma convicção do autor.

04 - No texto, estabelece-se relação de causa e consequência, respectivamente, entre:

a) a revolução tecnológica por si só não assegura o futuro da literatura // muitos já leem em uma tela.

b) A atual revolução tecnológica lança, a cada ano, novas formas de leitura // à medida que os autores se ajustam a essas novas realidades.

- c) muitos já leem em uma tela // nos sentamos curvados sobre “tabletas”.
- d) palavras “escritas” podem ser apenas ouvidas em um dispositivo de áudio // A narração oral também retornou.
- e) a infundável sequência de palavras armazenadas pelos computadores está mais próxima de um pergaminho do que de páginas separadas // esse movimento de rolagem voltou.

Em entrevista, na sede de sua empresa em Campinas (SP), o empresário César Gon fala sobre os desafios que as empresas do século XX enfrentam no século XXI.

As empresas do século XX precisam se adaptar ao ambiente digital?

Não dá para competir no mundo moderno sem que o software e a informação sejam o coração do seu negócio. Mas é preciso ir além da tecnologia e fomentar uma mudança de cultura e no modo de pensar. A competição entre as empresas no século XXI está obsessivamente focada na velocidade com que, a partir da análise de dados, entendemos e surpreendemos o cliente. Mas as grandes corporações são lentas por natureza e não estão preparadas para enfrentar essa realidade. Elas olham para o lado e encontram empresas que já nasceram no ambiente digital e são muito mais rápidas.

Além da adaptação a novas tecnologias, seria também preciso firmar uma nova relação com os consumidores?

Sem dúvida. A forma como nos relacionamos com as marcas é radicalmente diferente de 10 anos atrás. Nosso desejo é mais volátil, temos menos apego à tradição. Queremos saber se aquela marca resolve nossos problemas, se nos trata de maneira única.

(Adaptado de: entrevista de VASCONCELLOS, Yuri. Disponível em: revistapesquisa.fapesp.br)

05 - Mantém-se o sentido original substituindo-se o segmento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:

- a) e fomentar (resgatar) uma mudança de cultura e no modo de pensar (3º parágrafo)
- b) Nosso desejo é mais volátil (efetivo) (5º parágrafo)
- c) empresas que já nasceram no (adversas ao) ambiente digital (3º parágrafo)
- d) sem que o software e a informação sejam o coração (cerne) do seu negócio (3º parágrafo)
- e) não estão preparadas para enfrentar (pôr em vigor) essa realidade (3º parágrafo)

A atual revolução tecnológica lança, a cada ano, novas formas de leitura, mudando não só o modo como a literatura é distribuída, mas também como é escrita, à medida que os autores se ajustam a essas novas realidades. Ao mesmo tempo, alguns dos termos que começamos a usar recentemente parecem momentos anteriores da longa história da literatura.

Hoje, muitos já leem em uma tela. No dispositivo, o leitor irá virar páginas ou rolar um texto. Dois milênios após o rolo de papiro ter dado lugar ao livro de pergaminho, esse movimento de rolagem voltou, visto que a infundável sequência de palavras

armazenadas pelos computadores está mais próxima de um pergaminho do que de páginas separadas. E, como os antigos escribas, mais uma vez nos sentamos curvados sobre "tabuletas". A narração oral também retornou. Como bem se sabe, palavras "escritas" podem ser apenas ouvidas em um dispositivo de áudio.

Mas a revolução tecnológica por si só não assegura o futuro da literatura. A única garantia de sobrevivência de uma obra é o uso contínuo: um texto precisa permanecer relevante o suficiente e ser lido, traduzido, transcrito e transcodificado pelas gerações futuras para persistir ao longo do tempo.

(Adaptado de: PUCHNER, Martin. O mundo da escrita. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, edição digital)

06 - Considere as afirmativas abaixo.

I. No contexto, os dois-pontos (3º parágrafo) podem ser substituídos por "pois", precedido de vírgula, sem prejuízo do sentido.

II. As vírgulas isolam o aposto explicativo em E, como os antigos escribas, mais uma vez nos sentamos... (2º parágrafo).

III. O verbo "rolar" no segmento rolar um texto (2º parágrafo) é um exemplo dos termos a que o autor se refere no 1º parágrafo.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) II e III.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) I.

Em entrevista, na sede de sua empresa em Campinas (SP), o empresário César Gon fala sobre os desafios que as empresas do século XX enfrentam no século XXI.

As empresas do século XX precisam se adaptar ao ambiente digital?

Não dá para competir no mundo moderno sem que o software e a informação sejam o coração do seu negócio. Mas é preciso ir além da tecnologia e fomentar uma mudança de cultura e no modo de pensar. A competição entre as empresas no século XXI está obsessivamente focada na velocidade com que, a partir da análise de dados, entendemos e surpreendemos o cliente. Mas as grandes corporações são lentas por natureza e não estão preparadas para enfrentar essa realidade. Elas olham para o lado e encontram empresas que já nasceram no ambiente digital e são muito mais rápidas.

Além da adaptação a novas tecnologias, seria também preciso firmar uma nova relação com os consumidores?

Sem dúvida. A forma como nos relacionamos com as marcas é radicalmente diferente de 10 anos atrás. Nosso desejo é mais volátil, temos menos apego à tradição. Queremos saber se aquela marca resolve nossos problemas, se nos trata de maneira única.

(Adaptado de: entrevista de VASCONCELLOS, Yuri. Disponível em: revistapesquisa.fapesp.br)

A competição entre as empresas no século XXI está obsessivamente focada na velocidade... (3º parágrafo)

07 - Transpondo-se o segmento acima para o discurso indireto, o termo sublinhado assume a seguinte forma:

- a) estivesse.
- b) esteve.
- c) estava.
- d) estivera.
- e) estará.

1. A bela cidade de Praga é um monumento a Franz Kafka, o mais ilustre de seus escritores. Toma todo um dia visitar as esculturas a ele dedicadas, as casas onde viveu, os cafés que frequentava.

2. Comove-me ver, no Museu Franz Kafka, sua Carta ao Pai, que nunca enviou. Essa longa carta foi a primeira coisa que li dele. Eu me dava muito mal com meu pai, de quem tinha medo, e me identifiquei com o texto desde as primeiras linhas, sobretudo quando Kafka acusa seu progenitor de ter feito dele um homem inseguro, desconfiado da sua própria vocação.

3. Recém-formado, Kafka começa a trabalhar numa companhia de seguros, afirmando que esse trabalho matará sua vocação; como poderia chegar a ser um escritor alguém que dedica tantas horas a um afazer alimentício? Todos os escritores se fizeram perguntas parecidas. Mas este fez o que a maioria deles não faz: escrever em todos os momentos livres que tinha, e, embora tenha publicado pouco em vida, deixar uma obra de longuíssimo fôlego.

4. Nada me parece mais triste que alguém que, como Kafka, foi capaz de escrever tantos livros jamais tenha sido reconhecido enquanto vivia, e só postumamente se notasse que foi um dos grandes. O pedido a seu amigo Max Brod para que queimasse seus inéditos revela que acreditava ter fracassado como escritor, embora talvez restasse alguma expectativa otimista, porque, do contrário, ele mesmo os teria queimado.

5. A propósito de Max Brod, um dos poucos contemporâneos que acreditavam no talento de Kafka, há agora uma retomada dos ataques que já lhe fizeram no passado. Que injustiça! O mundo deveria estar grato a Max Brod, por ter, em vez de acatado a decisão do amigo a quem admirava, salvado para os leitores do futuro uma das obras mais originais da literatura.

6. Hermann Kafka, o destinatário da carta que seu filho nunca lhe enviou, não teve contato nenhum com a literatura. Dedicou-se ao comércio, abrindo lojas que tiveram certo êxito e elevaram os níveis de vida da família.

7. O melhor amigo de Kafka foi sem dúvida Max Brod, que, naqueles anos, já havia publicado alguns livros. Foi um dos primeiros a perceber o gênio do escritor e o estimulou sem trégua a acreditar em si mesmo, algo que efetivamente ocorreu, pois Kafka, quando escrevia, perdia a insegurança da qual sempre padeceu e se tornava um insólito inventor de pessoas e histórias.

(Adaptado de: LLOSA, Mario Vargas. 19/5/19. Disponível em: brasil.elpais.com)

08 - Está correta a **redação** do livre comentário que se encontra em:

- a) Ao esmiuçar sua insegurança, Kafka afirmou que nenhuma das coisas e pessoas que conhecia lhes inspiravam confiança, a não ser a terra em que pisava.

- b) A opção de escrever em todos os momentos disponíveis, como fizera Kafka, são poucos os escritores que adota.
- c) Deve ter havido expectativas otimistas de Kafka em relação a sua obra, uma vez que não foi capaz de queimar seus escritos inéditos.
- d) Na cidade de Praga, encontra-se, em diversos lugares, turistas que tiram fotos e compram livros e recordações de Kafka.
- e) A indagação de que mais horas do dia deveriam ser dedicados à escrita costumam acompanhar os escritores.

09 - O verbo em negrito deve sua flexão ao termo sublinhado em:

- a) embora talvez **restasse** alguma expectativa otimista
- b) abrindo lojas que tiveram certo êxito e **elevaram** os níveis de vida da família
- c) quando escrevia, perdia a insegurança da qual sempre **padeceu**
- d) Todos os escritores se **fizeram** perguntas parecidas.
- e) que, naqueles anos, já **havia** publicado alguns livros

10 - Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no plural, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está em:

- a) alguém que dedica tantas horas a um afazer alimentício
- b) o que a maioria deles não faz
- c) do contrário, ele mesmo os teria queimado
- d) se notasse que foi um dos grandes
- e) naqueles anos, já havia publicado alguns livros

11 - Foi um dos primeiros a perceber o gênio do escritor e o estimulou sem trégua a acreditar em si mesmo (7º parágrafo)

Os termos sublinhados acima constituem, respectivamente:

- a) artigo – preposição – pronome
- b) preposição – pronome – artigo
- c) artigo – pronome – preposição
- d) preposição – artigo – pronome
- e) pronome – artigo – preposição

12 - Toma todo um dia visitar as esculturas a ele dedicadas (1º parágrafo)

No contexto, o segmento sublinhado acima pode ser corretamente reescrito do seguinte modo:

- a) que lhe foram dedicadas.

- b) as quais dedicam-se a ele.
- c) que foram-no dedicadas.
- d) às quais dedicaram-lhe.
- e) que lhes foram dedicadas.

13 - Kafka acusa seu progenitor de ter feito dele um homem inseguro (2º parágrafo)

O segmento sublinhado acima está corretamente reescrito do seguinte modo:

- a) ter-lhe tornado.
- b) tê-lo tornado.
- c) lhe tornar.
- d) ter-no tornado.
- e) ter-se tornado

14 - Depreende-se que o autor considera uma grande injustiça

- a) que um autor como Kafka tenha tido de recorrer a pessoas que pouco entendiam de literatura para ver sua obra publicada.
- b) o fato de um escritor com o talento de Kafka ser inseguro a ponto de destruir parte de sua obra.
- c) que o pai de Kafka, por pouco entender de literatura, tenha deixado de perceber e incentivar o talento do filho.
- d) criticar Max Brod, responsável pela publicação póstuma da obra de Kafka e um dos que acreditaram no talento do escritor.
- e) julgar que Kafka seja um autor menor por desconfiar de sua própria vocação e não superar a insegurança da qual padecia.

15- embora tenha publicado pouco em vida (3º parágrafo)

O termo sublinhado acima introduz, no contexto, noção de

- a) concessão.
- b) finalidade.
- c) consequência.
- d) proporção.
- e) causa.

16 - O autor afirma ter se identificado com um texto de Kafka porque, como este,

- a) chegou a pensar em desistir da carreira de escritor.

- b) nutriu a esperança de ver sua obra inédita publicada.
- c) exerceu uma profissão que atrapalhava o ofício de escritor.
- d) contou com um amigo que o incentivou a escrever.
- e) teve problemas de relacionamento com o pai.

1. A bela cidade de Praga é um monumento a Franz Kafka, o mais ilustre de seus escritores. Toma todo um dia visitar as esculturas a ele dedicadas, as casas onde viveu, os cafés que frequentava.

2. Comove-me ver, no Museu Franz Kafka, sua Carta ao Pai, que nunca enviou. Essa longa carta foi a primeira coisa que li dele. Eu me dava muito mal com meu pai, de quem tinha medo, e me identifiquei com o texto desde as primeiras linhas, sobretudo quando Kafka acusa seu progenitor de ter feito dele um homem inseguro, desconfiado da sua própria vocação.

3. Recém-formado, Kafka começa a trabalhar numa companhia de seguros, afirmando que esse trabalho matará sua vocação; como poderia chegar a ser um escritor alguém que dedica tantas horas a um afazer alimentício? Todos os escritores se fizeram perguntas parecidas. Mas este fez o que a maioria deles não faz: escrever em todos os momentos livres que tinha, e, embora tenha publicado pouco em vida, deixar uma obra de longuíssimo fôlego.

4. Nada me parece mais triste que alguém que, como Kafka, foi capaz de escrever tantos livros jamais tenha sido reconhecido enquanto vivia, e só postumamente se notasse que foi um dos grandes. O pedido a seu amigo Max Brod para que queimasse seus inéditos revela que acreditava ter fracassado como escritor, embora talvez restasse alguma expectativa otimista, porque, do contrário, ele mesmo os teria queimado.

5. A propósito de Max Brod, um dos poucos contemporâneos que acreditavam no talento de Kafka, há agora uma retomada dos ataques que já lhe fizeram no passado. Que injustiça! O mundo deveria estar grato a Max Brod, por ter, em vez de acatado a decisão do amigo a quem admirava, salvado para os leitores do futuro uma das obras mais originais da literatura.

6. Hermann Kafka, o destinatário da carta que seu filho nunca lhe enviou, não teve contato nenhum com a literatura. Dedicou-se ao comércio, abrindo lojas que tiveram certo êxito e elevaram os níveis de vida da família.

7. O melhor amigo de Kafka foi sem dúvida Max Brod, que, naqueles anos, já havia publicado alguns livros. Foi um dos primeiros a perceber o gênio do escritor e o estimulou sem trégua a acreditar em si mesmo, algo que efetivamente ocorreu, pois Kafka, quando escrevia, perdia a insegurança da qual sempre padeceu e se tornava um insólito inventor de pessoas e histórias.

(Adaptado de: LLOSA, Mario Vargas. 19/5/19. Disponível em: brasil.elpais.com)

17 - Está correta a **redação** do livre comentário que se encontra em:

a) Ao esmiuçar sua insegurança, Kafka afirmou que nenhuma das coisas e pessoas que conhecia lhes inspiravam confiança, a não ser a terra em que pisava.

b) A opção de escrever em todos os momentos disponíveis, como fizera Kafka, são poucos os escritores que adota.

- c) Deve ter havido expectativas otimistas de Kafka em relação a sua obra, uma vez que não foi capaz de queimar seus escritos inéditos.
- d) Na cidade de Praga, encontra-se, em diversos lugares, turistas que tiram fotos e compram livros e recordações de Kafka.
- e) A indagação de que mais horas do dia deveriam ser dedicados à escrita costumam acompanhar os escritores.

Atenção: Considere o texto abaixo, para responder às questões de números 1 a 10.

1. *Sem deixar de reconhecer seus méritos, o crítico Richard Brody classificou "Parasita", do coreano Bong Joon-ho, como um filme conservador. Entre outras coisas, por expressar a urgência de uma correção da ordem social e econômica, sem romper com as regras do entretenimento comercial.*
2. *Já entendemos que as coisas perderam o rumo, mas continuamos caminhando para o precipício. Bong se apoia nesse consenso para transmitir uma parábola admonitória que nos faz rir ao mesmo tempo que nos confronta com nosso próprio suicídio.*
3. *Ortega y Gasset dizia que a comédia era um gênero que confirmava o poder do que já está estabelecido: o indivíduo que se encontra fora das estruturas torna-se ridículo, cômico. Bong inverte a lógica. Ridículo é quem ainda acredita na normalidade das estruturas.*
4. *Já nos primeiros minutos, o protagonista, filho de uma família de párias, considera, diante da miséria à sua volta, o quanto "tudo é metafórico". Na comédia proposta por Bong, para falar do estado insustentável da desigualdade no mundo, as metáforas são evidentes. Rimos do que já entendemos.*
5. *O filme opõe uma família de desempregados, condenados a viver como parasitas, a uma família de ricos frívolos, enredados em pequenas neuroses e ambições previsíveis, entre os muros que os separam da realidade.*
6. *Atentos às menores chances de sobrevivência, em pouco tempo pai, mãe e os dois filhos da família pobre estarão ocupando cargos de confiança na casa dos ricos, graças a uma série de circunstâncias.*
7. *A casa onde vivem os ricos, representativa de uma tradição moderna de elegância e conforto minimalista, é mal-assombrada, a julgar pelas visões do filho menor.*
8. *O que se instila na parábola de Bong Joon-ho é um conservadorismo estético. É fato que o estado político, social e econômico do mundo desautorizou as ambições da modernidade. A casa da família rica, em seu empenho modernista, não só não resolve a desigualdade econômica como a esconde, encobre, transforma-a em fantasma.*
9. *Mesmo ironizando o projeto modernista, o cineasta não rompe, por razões táticas, com as regras do sistema de entretenimento que acompanha essa mesma ordem desigual. É como se o discurso artístico também precisasse reduzir-se ao mais básico e consensual entendimento das coisas (as metáforas imediatamente reconhecíveis por todos), evitando as contradições e o mistério que são a matéria de uma arte de ruptura.*
10. *Em "Parasita" não há desejo de ruptura nem revolução. Com a ponderação típica de um conto moral, ele nos exorta a salvar o que ainda não desmoronou.*

(Adaptado de: CARVALHO, Bernardo. Disponível em: www.folha.uol.com.br)

18 - Depreende-se do texto que o cineasta Bong Joon-ho

- a) opta por uma linguagem artística convencional, que apresenta metáforas de fácil compreensão, e deixa de tratar de contradições.
- b) defende a ideia de que o discurso artístico pode ser usado para expressar indignação a respeito da desigualdade que permeia o sistema capitalista.

- c) parte do pressuposto de que na linguagem cinematográfica as metáforas devem ser rapidamente assimiladas pela audiência.
- d) revela as contradições do projeto de renovação modernista, propondo, em seu lugar, um discurso arrojado que caracteriza sua arte como “de ruptura”.
- e) contempla as contradições e os mistérios da natureza humana a partir de um discurso facilmente assimilável pela audiência.

19 - Ortega y Gasset dizia que a comédia era um gênero que confirmava o poder do que já está estabelecido: o indivíduo que se encontra fora das estruturas torna-se ridículo, cômico. (3º parágrafo)

No trecho acima, o sinal de dois-pontos pode ser substituído, sem prejuízo do sentido, por:

- a) conquanto, precedido de vírgula.
- b) mas, precedido de vírgula.
- c) cujo.
- d) à medida que.
- e) pois, precedido de vírgula.

20 - entre os muros que os separam da realidade (5º parágrafo)
como a esconde, encobre, transforma-a em fantasma (8º parágrafo)
Os pronomes sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

- a) muros – casa da família rica
- b) desempregados – modernidade
- c) ricos frívolos – desigualdade econômica
- d) ricos frívolos – casa da família rica
- e) desempregados – desigualdade econômica

Atenção: Considere o texto abaixo, para responder às questões de números 1 a 10.

1. *Sem deixar de reconhecer seus méritos, o crítico Richard Brody classificou "Parasita", do coreano Bong Joon-ho, como um filme conservador. Entre outras coisas, por expressar a urgência de uma correção da ordem social e econômica, sem romper com as regras do entretenimento comercial.*
2. *Já entendemos que as coisas perderam o rumo, mas continuamos caminhando para o precipício. Bong se apoia nesse consenso para transmitir uma parábola admonitória que nos faz rir ao mesmo tempo que nos confronta com nosso próprio suicídio.*
3. *Ortega y Gasset dizia que a comédia era um gênero que confirmava o poder do que já está estabelecido: o indivíduo que se encontra fora das estruturas torna-se ridículo, cômico. Bong inverte a lógica. Ridículo é quem ainda acredita na normalidade das estruturas.*
4. *Já nos primeiros minutos, o protagonista, filho de uma família de párias, considera, diante da miséria à sua volta, o quanto "tudo é metafórico". Na comédia proposta por Bong, para falar do estado insustentável da desigualdade no mundo, as metáforas são evidentes. Rimos do que já entendemos.*
5. *O filme opõe uma família de desempregados, condenados a viver como parasitas, a uma família de ricos frívolos, enredados em pequenas neuroses e ambições previsíveis, entre os muros que os separam da realidade.*
6. *Atentos às menores chances de sobrevivência, em pouco tempo pai, mãe e os dois filhos da família pobre estarão ocupando cargos de confiança na casa dos ricos, graças a uma série de circunstâncias.*
7. *A casa onde vivem os ricos, representativa de uma tradição moderna de elegância e conforto minimalista, é mal-assombrada, a julgar pelas visões do filho menor.*
8. *O que se instila na parábola de Bong Joon-ho é um conservadorismo estético. É fato que o estado político, social e econômico do mundo desautorizou as ambições da modernidade. A casa da família rica, em seu empenho modernista, não só não resolve a desigualdade econômica como a esconde, encobre, transforma-a em fantasma.*
9. *Mesmo ironizando o projeto modernista, o cineasta não rompe, por razões táticas, com as regras do sistema de entretenimento que acompanha essa mesma ordem desigual. É como se o discurso artístico também precisasse reduzir-se ao mais básico e consensual entendimento das coisas (as metáforas imediatamente reconhecíveis por todos), evitando as contradições e o mistério que são a matéria de uma arte de ruptura.*
10. *Em "Parasita" não há desejo de ruptura nem revolução. Com a ponderação típica de um conto moral, ele nos exorta a salvar o que ainda não desmoronou.*

(Adaptado de: CARVALHO, Bernardo. Disponível em: www.folha.uol.com.br)

21 - Entre as razões que levaram "Parasita" a ser classificado como conservador, está o fato de que o filme

- a) apresenta o indivíduo moderno como um ser resignado diante das mazelas sociais.
- b) expressa a necessidade de transgredir a ordem social e econômica.
- c) vale-se de situações cômicas com o intuito de sancionar a autoridade estabelecida.
- d) furta-se a questionar as diretrizes do entretenimento comercial.
- e) trata da desigualdade econômica por meio de linguagem minimalista.

1 Nosso cérebro é uma complexa estrutura forjada pela evolução. Por outro lado, é também primitivo. É curioso pensar que o mais erudito dos moradores deste planeta tenha o mesmo hardware que um caçador-coletor que passou a vida errando em uma pequena área em busca da sobrevivência.

2 Estou sendo injusto em minha descrição. Nosso ancestral era capaz de tecer, realizar pequenas cirurgias, fazer ferramentas de pedra. Tente criar algo assim em casa e você verá que somos menos autônomos do que um coletor do Paleolítico. Mas estou sendo preciso quando comparo nossos cérebros.

3 Desenvolvida para uma chave amigo-inimigo, nossa mente tende a rotular o que vê, julgando a novidade de acordo com seu conhecimento prévio. Isso garantiu nossa

vida por muitas gerações: se eu comer algo que me faz mal, toda vez que olhar para algo semelhante, sentirei repulsa. Isso pode ser bom para evitar perigos, porém cria problemas para nossa atualidade.

4 Se eu tivesse que arriscar um esboço do que seria o pensamento médio das pessoas, hoje, ele seria similar ao dos antepassados paleolíticos. Formamos bandos com facilidade. Yuval Harari chama a atenção para como a detração é uma poderosa cola social. Fofocando, crio laços, forjo alianças. Desde sempre, nossa espécie classifica o que vê antes de compreender o que tem na sua frente. O pavor instintivo da novidade me faz rejeitá-la. Classificar, para o cérebro primitivo que se contenta em viver na caverna, é mais importante do que entender.

5 É claro que também somos uma espécie que foge da natureza animal e que cria culturas. Portanto, há um instinto inquisitivo, que gosta de descobrir coisas novas, explorá-las. No entanto, a sensação é que ele anda em baixa em nossos tempos. Encerrar em caixas herméticas dá segurança.

6 Alguns associam a rotulação imediata a um traço humano. A sociedade ficou mais complexa, mas, em nossa essência, somos os mesmos. Por outro lado, há quem afirme que o tempo curto da internet, o imediatismo atual, produz superficialidade, impede o raciocínio profundo, pois este requer o questionamento de bolhas epistêmicas e, mercadoria cada vez mais rara, tempo de ponderação. Não seria uma essência, necessariamente, todavia um feitiço, uma tentação oferecida por algoritmos do universo digital.

7 Resistir à tentação é um desafio. Pensar em aprofundar, dar uma segunda olhada, fugir do rótulo: parecem atitudes que exigem o desafio da vontade férrea. Deixar que sentidos mais amplos invadam sua percepção sem julgar de imediato é um ato de resistência.

(Adaptado de: KARNAL, Leandro. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br>)

Não seria uma essência, necessariamente, todavia um feitiço (6º parágrafo)

22 - O segmento sublinhado expressa, no contexto, ideia de

- a) contraste.
- b) adição.
- c) temporalidade.
- d) finalidade.
- e) condição.

23 - A frase que admite transposição para a voz passiva está em:

- a) somos uma espécie que foge da natureza animal (5º parágrafo)
- b) Nosso ancestral era capaz de tecer (2º parágrafo)
- c) a sensação é que ele anda em baixa em nossos tempos (5º parágrafo)
- d) Resistir à tentação é um desafio (7º parágrafo)
- e) Alguns associam a rotulação imediata a um traço humano (6º parágrafo)

24 - Estou sendo injusto em minha descrição. (2º parágrafo)

Transposto para o discurso indireto, o trecho transcrito acima assume a seguinte redação:

Leandro Karnal afirmou

- a) que vai estar sendo injusto em sua descrição.
- b) estar sendo injusto em minha descrição.
- c) que estava sendo injusto em sua descrição.
- d) ter sido injustiçado em sua descrição.
- e) que fora injusto em minha descrição.

25 - Depreende-se do texto que

- a) a tendência atual de replicar informações obtidas na internet sem a devida ponderação tornou o homem moderno análogo ao primitivo.
- b) está em declínio, na atualidade, a faculdade de refletir sobre os fatos e observá-los com atenção antes de classificá-los.
- c) o tempo, cada vez mais escasso na sociedade atual, é desperdiçado com o uso excessivo da internet.
- d) poucos são capazes de divergir de ideias de senso comum que se propagam nas redes sociais.
- e) decorre da superficialidade inerente ao universo digital o empobrecimento das relações humanas.

26 - Considerando o contexto, o termo em destaque pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:

- a) Encerrarem caixas **herméticas** (ilimitadas) dá segurança - 5º parágrafo
- b) a **detração** (retraimento) é uma poderosa cola social - 4º parágrafo
- c) o questionamento de bolhas **epistêmicas** (cognitivas) - 6º parágrafo
- d) atitudes que exigem o desafio da vontade **férrea** (essencial) - 7º parágrafo
- e) somos menos **autônomos** (influentes) do que um coletor do Paleolítico - 2º parágrafo

[Medo do céu]

Tenho medo de morrer e ir para o céu. Eu me sentiria um estranho por lá. A poeta Cecília Meireles pensava o mesmo. Ela se perguntava se, "depois que se navega, a algum lugar enfim se chega... O que será, talvez, até mais triste. Nem barca, nem gaivota: somente sobre-humanas companhias..." Também eu preciso de barcas e gaivotas, pois amo o mar e o ar.

Sou um ser deste mundo e sinto que no meu corpo moram rios, árvores, montanhas e nuvens. Nenhum mundo além poderá consolar-me da sua perda. É certo que um espírito, por bem-aventurado que seja, não pode sentir o cheiro bom do capim-gordura (que recém-começa a florescer roxo nos campos). Para isso ele teria de ter um nariz. E nem pode sentir o vento frio das tardes de inverno, a lhe golpear o rosto. Ao que me parece, espíritos não têm pele. E não podem jamais sentir o prazer de mergulhar no mar.

A alegria animal está vedada aos espíritos, seres etéreos que, ao que consta, não sofrem os efeitos da gravidade. Sua leveza os protege de quedas dos muros, mas lhes tira a alegria do mergulho na água. Saltam, e ficam flutuando no espaço. Por isso não quero ir para o céu.

(Adaptado de: ALVES, Rubem. **Tempus fugit**. São Paulo: Paulus, 1990, p. 95)

27 - Não haverá, no contexto, prejuízo para a correção e para o sentido fundamental caso se substitua a expressão

- a) a algum lugar enfim se chega (1º parágrafo) por **aonde não está mais distante**.
- b) Nenhum mundo além poderá consolar-me (2º parágrafo) por **Acolá não me impressiona**.
- c) por bem-aventurado que seja (2º parágrafo) por **ainda que contenha bem-aventurança**.
- d) A alegria animal está vedada (3º parágrafo) por **Interdita-se do prazer dos animais**.
- e) ao que consta, não sofrem os efeitos (3º parágrafo) por **ao que se sabe, não os atingem as consequências**.

28 - Respeitam-se as normas de **concordância verbal** numa forma da voz **passiva** na frase:

- a) Tanto à Cecília Meireles como ao autor do texto assaltam o medo de morrer,
- b) O autor sente que rios e árvores, tudo o que é da natureza habitam seu corpo.
- c) Pelo vento frio das tardes jamais serão agraciados os seres a que falta um corpo.
- d) As alegrias que houverem no outro mundo já não terão raízes em nosso corpo.
- e) São das alegrias materiais que o autor se ressentirá caso o destinem ao paraíso.

29 - Atente para as seguintes frases:

- I. O autor tem medo de ir para o céu.
- II . O autor prende-se aos prazeres materiais.
- III . No céu não há prazeres materiais.

Essas três frases integram-se com correção e coerência num único período em:

- a) O autor teme ir para o céu porque lá não há os prazeres materiais aos quais se prende.
- b) Visto que não terão no céu seus prazeres materiais, o autor teme já não se prender a eles.

- c) Não havendo no céu os prazeres materiais que lhe prendem, o autor teme ir ao mesmo.
- d) Preso que está nos prazeres materiais, o autor teme ir para o céu aonde não mais existem.
- e) O medo de ir para o céu é sentido ao autor pela materialidade dos prazeres que ele tem.

30 - Fundamentalmente, o autor confessa que tem medo de morrer e ir para o céu porque

- a) diz ignorar o que lhe reserva o lado enigmático do mundo, para além da vida
- b) as exigências de seu espírito religioso são tão altas que podem frustrar-se no paraíso.
- c) o sentimento da eternidade assusta pelo que há nela de implacável.
- d) se compraz com tudo o que a vida lhe oferece em sua natureza material.
- e) desconhece o sentido da bem-aventurança que a morte lhe revelará.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

01 - Ana, Beatriz e Célia moram com suas avós Sandra, Adélia e Maria em Franca, Campinas e em Araras, não necessariamente nas ordens indicadas. Além disso, sabe-se que:

- Beatriz não é neta de Maria.
- Ana não mora em Araras e é neta de Sandra.
- A menina que mora em Franca é neta de Adélia.

Desse modo, é correto afirmar que:

- a) Maria mora em Campinas.
- b) Adélia é avó de Célia.
- c) Sandra mora em Franca.
- d) Célia mora em Campinas.
- e) Beatriz mora em Franca.

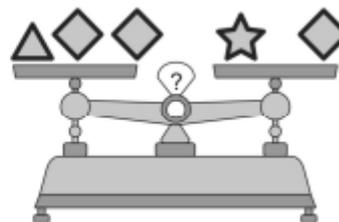
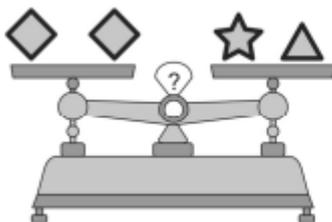
02 - O quadrado mágico abaixo deve ser preenchido, sem repetições, com os números ímpares de 1 a 17 de modo que a soma de qualquer linha, coluna ou diagonal seja a mesma.

7	Y	15
17	Z	W
X	V	11

Alguns valores já foram corretamente colocados no quadrado mágico. O valor de X é

- a) 13
- b) 5
- c) 3
- d) 9
- e) 1

03 - Abaixo, há duas balanças em equilíbrio, isto é, há a mesma massa nos dois pratos de cada balança.



O número de triângulos que correspondem a um quadrilátero é

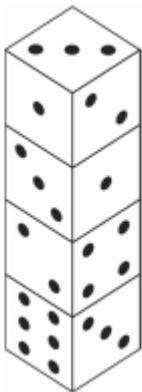
- a) 2

- b) 5
- c) 4
- d) 3
- e) 1

04 - Em uma urna há 3 bolas verdes, 3 vermelhas, 3 azuis e 3 amarelas, todas iguais ao tato. São retiradas, ao acaso, 10 bolas dessa urna. Então, com certeza,

- a) 3 bolas de mesma cor foram retiradas.
- b) 3 bolas verdes ou 3 bolas vermelhas foram retiradas.
- c) 2 bolas de cores distintas ficaram na urna.
- d) 3 bolas verdes, 3 bolas vermelhas e 3 bolas azuis foram retiradas.
- e) 3 bolas verdes foram retiradas.

05 - Um dado é um cubo, onde em cada face colocamos de 1 a 6 pontos, de tal maneira que a soma dos pontos que ficam em cada par de faces opostas é sempre 7. Quatro dados foram empilhados como na figura abaixo.



A soma dos pontos das faces que não aparecem na figura é

- a) 36
- b) 39
- c) 47
- d) 49
- e) 59

06 - Ana, Beatriz e Célia moram com suas avós Sandra, Adélia e Maria em Franca, Campinas e em Araras, não necessariamente nas ordens indicadas. Além disso, sabe-se que:

- Beatriz não é neta de Maria.
- Ana não mora em Araras e é neta de Sandra.
- A menina que mora em Franca é neta de Adélia.

Desse modo, é correto afirmar que:

- a) Maria mora em Campinas.
- b) Adélia é avó de Célia.
- c) Sandra mora em Franca.
- d) Célia mora em Campinas.
- e) Beatriz mora em Franca.

07 - Três irmãs – Linda, Berenice e Sofia – são estudantes universitárias em três cursos distintos: Matemática, História e Direito, não necessariamente nessa ordem. Nas férias de verão, cada uma viajou para uma cidade diferente: Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Sabe-se que:

- Quem cursa História não foi a Salvador.
- Quem cursa Direito foi ao Rio de Janeiro.
- Berenice não cursa Direito.
- Sofia foi a Salvador.

Então, Linda estuda

- a) História e foi ao Rio de Janeiro.
- b) Matemática e foi a Salvador.
- c) Direito e foi ao Rio de Janeiro.
- d) História e foi a Porto Alegre.
- e) Direito e foi a Porto Alegre.

08 - A sequência (140; 141; 132; 133; 124; 125; 116; 117; 108; 109; 100; 101; . . .) é ilimitada e sua construção é obtida com um padrão que utiliza apenas adições e subtrações. Nessa sequência, a diferença entre o 23º e o 29º termos, nessa ordem, é

- a) 35.
- b) 13.
- c) 32.
- d) 24.
- e) 21.

09 - Em uma prova de um concurso interno da SANASA, em uma situação hipotética, César obteve 5 pontos a menos do que Lúcio, que, por sua vez, obteve 2 pontos a menos do que Jairo. A pontuação de Jairo foi igual a metade da soma das pontuações obtidas por Lúcio e por Alberto, sendo que este último obteve 12 pontos. Se apenas três dos quatro foram aprovados nessa prova do concurso, então a pontuação do que não foi aprovado foi igual a

- a) 3.
- b) 4.
- c) 8.
- d) 5.
- e) 2.

10 - Ana, Beth, Carla, Diana e Natalina fazem aniversário, não necessariamente nessa ordem, em 1º de março, 17 de maio, 20 de julho, 20 de março e 25 de dezembro. Beth e Carla nasceram no mesmo mês, Ana e Carla nasceram no mesmo dia, mas em meses diferentes. Natalina recebeu seu nome devido ao dia de seu nascimento. Com certeza, quem nasceu em 17 de maio foi

- a) Natalina.
- b) Diana.
- c) Carla.
- d) Beth.
- e) Ana.

GABARITOS

GABARITO DIREITO ADMINISTRATIVO

01: E	02: D	03: A	04: D	05: B	06: E	07: B
08: A	09: C	10: D	11: C	12: E	13: D	14: D
15: C	16: A	17: C	18: A	19: E	20: B	21: C
22: C	23: D	24: B	25: C	26: A	27: A	28: C
29: B	30: B					

GABARITO DIREITO CIVIL

01: D	02: B	03: A	04: D	05: A	06: C	07: E
08: D	09: C	10: C	11: D	12: E	13: A	14: E
15: A	16: C	17: C	18: E	19: A	20: B	21: D
22: C	23: E	24: D	25: E	26: B	27: E	28: B
29: C	30: D					

GABARITO DIREITO CONSTITUCIONAL

01: A	02: A	03: A	04: C	05: E	06: B	07: A
08: C	09: A	10: C	11: D	12: E	13: B	14: D
15: E	16: A	17: E	18: C	19: A	20: E	21: D
22: C	23: A	24: D	25: C	26: B	27: E	28: B
29: E	30: E					

GABARITO DIREITO PENAL

01: B	02: C	03: C	04: B	05: D	06: B	07: E
08: B	09: E	10: A	11: D	12: E	13: A	14: A
15: E	16: B	17: A	18: C	19: C	20: B	21: E
22: D	23: A	24: C	25: C	26: E	27: B	28: E
29: A	30: C					

GABARITO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01: B	02: A	03: C	04: D	05: E	06: C	07: B
08: A	09: A	10: C	11: C	12: E	13: D	14: D
15: B	16: A	17: C	18: A	19: E	20: D	21: A
22: E	23: C	24: E	25: D	26: B	27: E	28: B
29: B	30: D					

GABARITO DIREITO PROCESSUAL PENAL

01: B	02: D	03: E	04: C	05: C	06: D	07: E
08: B	09: A	10: C	11: E	12: E	13: B	14: D
15: E	16: B	17: C	18: D	19: C	20: A	21: E
22: B	23: A	24: A	25: A	26: E	27: C	28: A
29: E	30: D					

GABARITO NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

01: A	02: C	03: B	04: B	05: A	06: A	07: B
08: A	09: B	10: D	11: B	12: C	13: B	14: C
15: B	16: B	17: B	18: E	19: A	20: E	21: B
22: C	23: E	24: B	25: B	26: A	27: C	28: D
29: A	30: C					

GABARITO PORTUGUÊS

01: E	02: B	03: E	04: E	05: D	06: D	07: C
08: C	09: A	10: B	11: C	12: A	13: B	14: D
15: A	16: E	17: C	18: A	19: E	20: C	21: D
22: A	23: E	24: C	25: B	26: C	27: E	28: C
29: A	30: D					

GABARITO RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

01: E	02: C	03: A	04: A	05: E	06: E	07: C
08: D	09: A	10: B				